



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**  
**Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM**

Av. Carlos Gomes, 2120 – 90480-002 – Porto Alegre

Fone: (51) 3289-7594 – Fax: (51) 3289-7599

email: [comam@smam.prefpoa.com.br](mailto:comam@smam.prefpoa.com.br)

**Reunião Ordinária do Comam**

**Data: 30 de setembro de 2010**

**Hora: das 14h00 às 16h00**

**Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120 – Porto Alegre/RS**

**Porto Alegre/RS**

**25 de abril de 2011**

***Degradado por***

***ZAP Multimídia***

**PRESENTES:** Professor Garcia e José Furtado, ambos da SMAM; Rita Carnevale, da SBPC; José Carlos Silveira Vieira, da CMS; Jupiter Palagi de Souza e Fernanda Alfonsin, ambos da OAB/RS; Patrícia da Silva Tschoepre, da SPM; Ricardo Norberto Ayup, da UFRGS; Magda Satt Arioli, do CRBIO<sup>3</sup>; Tiago José Pereira Neto; da FIERGS; Gilson Tesch, do Guardiões do Lago Guaíba; Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU; José Paulo Fitarelli, do IBAMA- RS; Fabiana Fetter, do GP; Grace de La Rocha, do OP; Lívia Zimmermann, da UPV; Lara Velasques, da FEPAM, Felipe Vargas e Marcelo Pretto, com procuração constituída para esta reunião representando o Ingá; Eduino de Mattos e Julio Cezar Corrêa, ambos da Ong Solidariedade; Maria da Graça Ortolan, do DMAE; Nelson Fontoura, da Pucrs; Juliana Yung, do DEP; Cid Soares, do MJDH; Pery da Silva Bennet, do CREA/RS.**Como convidado:** Alessandra Pires, da ERES/SMAM; Andréia Tavares Camargo, da ASSEJUR/SMAM.

### **Objetivos:**

- *Aprovação das Ata de 25/03/2010, 15/04/2010, 27/05/2010, 26/08/2010; leitura da correspondência recebida e enviada;*  
- *Relato e deliberação das reuniões das Câmaras Técnicas: Legislação Ambiental (código municipal do meio ambiente); Resíduos Sólidos; Fundo Municipal (Grupo de discussão do edital); ERBs (processos em pauta) e Áreas Naturais (processos em pauta).*  
- *Votação da Minuta: - Votação da Minuta De Resolução de Criação para as Câmaras de Assessoramento; - Votação da Minuta De Resolução que Revoga as Resoluções do COMAM ;*  
- *Apresentação de pedido de vistas, pelo conselheiro Gilson Tesch - Processo nº 001.057518.05.0, Rua Onze de Agosto, nº 56 – (Nextel); Processo nº 001.048598.09.7, Rua Dorival Castilho Machado, nº 361- (Vivo);*  
- *Processos de ERBs, apresentado pelo representante da Câmara Técnica. \*Processos deferidos: Processo nº 001.057877.04.1, Rua Cairu, nº 340 - (Telet); Processo nº 001.033672.04.0, Praça Marechal Deodoro, nº 130 - (Telet); Processo nº 001.035859.05.9, Av. Professor Oscar Pereira, nº 1422 – (Telet); Processo nº 001.049428.05.5, Rua Derocy Giocomo da Silva, nº 30 - (Telet); Processo nº 001.004618.10.6, Rua Maias, nº 250 – (Vivo); Processo nº 001.012144.10.0, Rua Otto Niemeyer, 2964 – (Claro); Processo nº 001.029188.10.5, Av. Protásio Alves, 9339 – (Processo da Polícia Federal); Processo nº 001.023368.10.1, Av. Bento Gonçalves, 1880 – (Vivo S/A); Processo nº 001.030354.10.2, Rua do Santuário ( Processo da Polícia Federal); Processo nº 001.023367.10.5, Rua Professor Carvalho Freitas, 200 - (Vivo); Processo nº 001.012143.10.3, Rua São Joaquim, 273 – (Claro); Processo nº 001.032258.06.2, Rua São Joaquim, 273 – (Telet); Processo nº 001.031789.07.2, Rua Alberto Rangel, 315 - (Claro); \*Processos sobrestados na CT: Processo nº 001.009076.05.0, Rua Dr. Florêncio Ygartua, nº 155 – (Nextel); para envio da convenção do condomínio);*  
- *Apresentação parecer da Câmara Técnica de Áreas Naturais: (processo nº 001.011188.09.0, Rua Amapá, nº 1980);*

1 **José Furtado, da SMAM:** Atenção. Boa tarde a todos e a todas. Desculpe o meu atraso eu  
2 estava no Fórum de Serviços com o prefeito às 13h30min. E até me deslocar do outro lado  
3 da cidade para cá, vim direto, então queiram me desculpar, por favor. E vamos dar início  
4 então já que temos quorum e já faz alguns meses que a gente não consegue se reunir. A  
5 nossa pauta de hoje é aprovação da ata de 25/03, 15/04, 27/05, 26/08 e leitura das  
6 correspondências recebidas e enviadas.

7 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Todo mundo recebeu as atas?

8 **José Furtado, da SMAM:** Todos receberam as atas? Todos de acordo? Então tá. Relato e  
9 deliberações das reuniões das Câmaras Técnicas.

10 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** Presidente.

11 **José Furtado, da SMAM:** Pois não.

12 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** Todos receberam as atas.

13 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Sim. A gente vai ler as correspondências é isso?

14 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** Não. Mas agora tem que relacionar a aprovação ou não  
15 das atas.

16 **José Furtado, da SMAM:** Sim. Mas eu já falei, até que todos que tinham...

17 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** (...)

18 **José Furtado, da SMAM:** Exatamente. Então por favor, no microfone.

19 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** Boa tarde a todos. Felipe do Ingá. Em relação às atas  
20 que foram enviadas, nós lemos todas as atas. E a gente queria demonstrar aqui, impugnar  
21 a ata de março. Porque não consta uma fala do então conselheiro, o Vicente Medaglia que  
22 era conselheiro do Ingá, que foi solicitado na época da reunião que constasse em ata  
23 referente à solicitação de algumas documentações no que toca ao assunto do aterro  
24 Serraria. Eu acho que não cabe rever toda a discussão, porque é demasiado longa. Mas  
25 não consta na ata uma fala específica onde ele alerta o Secretário, professor Garcia de que  
26 ele não teria enviado documentos: o EIA/RIMA, o TAC com o Ministério Público na época

27 do assunto Serraria. Em princípio essa é a impugnação então gostaríamos que fosse  
28 revista a ata, fosse acompanhada novamente com a gravação, reformulada.

29 **José Furtado, da SMAM:** Vamos fazer uma resposta aqui.

30 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** A gravação da ata está disponível, como eu te passei  
31 já, Felipe, passei para o Ingá e tu mesmo percebeste que não consta? Não consta. Então  
32 eu me comprometo de rever a ata e refazê-la. Então não colocamos ela em votação. As  
33 outras três a gente pode aprovar?

34 **José Furtado, da SMAM:** Então colocamos como votação a aprovação das outras e  
35 vamos fazer a revisão desta que foi citada. Todos que concordarem permaneça como  
36 estão. Os contrários se manifestem. Aprovadas por unanimidade as atas anteriores, com  
37 essa ressalva de fazer uma revisão na citada. Correspondências enviadas.

38 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Correspondências enviadas, a gente só tem as  
39 convocações feitas por email e recebidas nós temos dois ofícios do Ingá que até gerou  
40 uma discussão via e-mail, que todos vocês acompanharam. Eu vou ler aqui. Temos  
41 também um ofício recebido pela Ordem dos Advogados do Brasil que indicaram o doutor  
42 Jupiter e doutora Fernanda que estão presentes hoje. Nós recebemos um convite para a 3ª  
43 Conferência Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência que eu enviei para vocês o  
44 convite. Aconteceu em julho. A gente não teve plenária. Nós estamos com  
45 correspondências atrasadas. A indicação do IBAMA do Gustavo para ser suplente do  
46 Fitarelli. O CREA/RS, indicando o arquiteto Pery que está presente hoje e o engenheiro  
47 agrônomo Arcângelo. É isso de relevância. E aí temos o ofício do Ingá. Tu preferes que eu  
48 leia Filipe ou tu queres fazer algum comentário sobre isso? Posso ler? Me deixa só  
49 encontrar ele aqui. O Ingá enviou um ofício dia 6 de setembro ao Secretário Garcia,  
50 também presidente do Conselho: “Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais, representante  
51 da sociedade civil ambientalista na COMAM, vem por meio deste, requerer a inclusão do  
52 assunto: Minutas de Resolução de Criação para as Câmaras de Assessoramento e Minuta  
53 de Resolução que altera as Resoluções do COMAM, na próxima reunião da comissão  
54 executiva deste Conselho” que seria em setembro, que aconteceu. “Que examinará a pauta  
55 da reunião ordinária do pleno do COMAM para o mês de setembro,” Hoje. “Caso o  
56 entendimento seja pela não necessidade da reunião da comissão executiva sugerimos que  
57 o assunto ora proposto seja incluído na pauta da reunião ordinária do pleno do COMAM  
58 como assuntos gerais, sem caráter deliberativo. Desde já colocamo-nos à inteira  
59 disposição para esclarecimentos complementares.” Então eu quero te esclarecer como  
60 secretária executiva do Conselho que a reunião aconteceu – como eu enviei um e-mail a  
61 todos os conselheiros para que eles tivessem conhecimento – a reunião da comissão  
62 executiva aconteceu. O Secretário Garcia estava presente, o Secretário Furtado, o Nelson  
63 da PUC e eu. Eu não tenho poder de voto e nem de decisão, eu só organizo a pauta. E a  
64 pauta foi decidida por esta que nós fomos encaminhando e o Ingá não se fez presente.  
65 Então esse é o retorno.

66 **José Furtado, da SMAM:** Pois não.

67 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** Qual foi a data da reunião da comissão executiva?

68 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Segunda quinta-feira do mês.

69 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** Eu não recebi convocação.

70 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Eu tenho a confirmação por e-mail.

71 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** Só vou esclarecer que a ausência vem porque eu não  
72 recebi a convocação. Eu posso comprovar pela minha lista de e-mail que eu não recebi a  
73 convocação. Inclusive peço que conste em ata isso. Eu não sei se o presidente tem algum  
74 esclarecimento para fazer em relação a isso?

75 **José Furtado, da SMAM:** Fica em ata a sua colocação. Nós também temos o envio de e-  
76 mail. E fica nessa situação, depois a gente faz essa análise. Podemos dar sequência? Pois  
77 não?

78 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** Antes de encerrar só os comunicados. Eu queria  
79 aproveitar e fazer uma entrega pessoalmente de dois ofícios que nós protocolamos agora,  
80 juntos. Um deles trata da retirada dos autos em carga e extração de cópias dos processos

81 referentes ao aterro Serraria. Eu não vou ler este ofício integralmente, mas basicamente  
82 nós já tínhamos enviado um ofício dia 15 de abril de 2010, ofício 05, solicitando a extração  
83 de cópias e até o presente momento ele não foi respondido. Então a gente está refazendo  
84 o pedido, vai ser um ofício entregue em mãos ao senhor Secretário, ofício 13. E o segundo  
85 ofício é o ofício número 15, vão ser entregue.

86 **Marcelo Pretto, procurador representante do Instituto Ingá:** Senhor presidente estou  
87 constituído com procuração com interesses específicos para falar nesta reunião e o selo da  
88 OAB, que me dá todas as prerrogativas para atuar na defesa dos meus clientes, no caso o  
89 Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais. A situação é bastante preocupante que a gente  
90 tem percebido: de licenciamentos ambientais de forma inepta que vem sendo concedidos e  
91 que o esforço que a sociedade civil que é feito de rever esses licenciamentos e melhorar  
92 estes licenciamentos no Conselho. Em contrapartida se percebe que existe uma iniciativa  
93 que em verdade não apresenta uma motivação clara para isso. Pretende, inclusive coloca  
94 isso de forma expressa em algumas colocações – como eu li em atas recentes desse  
95 Conselho – que o conselho não teria a incumbência de fiscalizar e de rever atos, que são  
96 atos expedidos de forma inepta pela administração. O que é o mais relatado absurdo,  
97 porque justamente a prerrogativa, a finalidade desse Conselho é atuar nesse sentido.  
98 Então o registro que eu gostaria de fazer, em primeiro lugar é impugnar esse documento  
99 que a senhora secretária acabou de me passar. Porque o nosso ofício é muito claro em  
100 solicitar cópia integral e apontar o número dos processos, (...) nós estamos solicitando  
101 cópia. Pela lei, a administração teria de 15 a 30 dias para fornecer esse documento e  
102 infelizmente a SMAM não respondeu nada. A secretaria; foi apresentado dia 15 de abril o  
103 ofício. Ofício Ingá nº 05/2010, devidamente protocolado na secretaria, não foi respondido.  
104 Já passaram vários meses, quatro, cinco meses e o que a secretaria executiva acaba de  
105 me passar neste momento é uma resposta de outro ofício que nós havíamos apresentado  
106 no início de 2009. Nós já recebemos esse documento por correio no final de 2009 que diz  
107 respeito à solicitação de informações sobre o quantitativo de desmatamento na cidade de  
108 Porto Alegre – que, aliás, é bastante grave – porque o município não tem a menor noção  
109 de quanto desmatamento está autorizando, pasmem os senhores. Vamos fazer o registro  
110 que a nossa solicitação feita em 15 de abril não foi respondida até o presente momento e a  
111 nossa surpresa: a razão pela qual esses documentos não são disponibilizados? A gente  
112 fica um pouco assim, é uma situação um pouco inusitada, afinal de contas: o direito da  
113 transparência, da publicidade vai justamente ao sentido inverso. Nós estamos  
114 apresentando um segundo ofício, é realmente o nosso último ofício. A partir daqui  
115 realmente se a SMAM não apresentar esses documentos hoje, nós infelizmente vamos ter  
116 que apurar porque isso não está sendo feito e exigir isso por outras vias. Inclusive  
117 apurando responsabilidades envolvidas nessa falta de fornecimento de documentos. Agora  
118 eu vou passar ao Felipe porque nós temos um segundo ofício, que é uma solicitação  
119 bastante grave, senhor presidente. Eu peço a vênha e a atenção especial aos senhores  
120 conselheiros: está acontecendo desmatamentos, destruição de banhado.

121 **José Furtado, da SMAM:** Tudo bem, ok.

122 **Marcelo Pretto, procurador representante do Instituto Ingá:** Já estou concluindo senhor  
123 presidente. Em uma localidade, uma área que foi licenciada pela SMAM. Então nós  
124 estamos trazendo isso para esse Conselho nesse momento, o Felipe vai apresentar.  
125 Porque é uma oportunidade desse Conselho já tomar uma posição de prevenção, de  
126 precaução, porque nós já sabemos dos problemas, para que não ocorram mais danos  
127 nesse caso aqui. Evitando inclusive que venha haver danos que certamente vão ser depois  
128 apurados, vai ser ressarcidos como responsáveis. Então vou passar para o meu colega.

129 **José Furtado, da SMAM:** Eu só gostaria assim, senhor conselheiro suplente, o senhor  
130 citou, não é suplente? O senhor citou uma procuração. Essa procuração está conosco? Foi  
131 protocolada. O senhor gostaria de usar a palavra, conselheiro?

132 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Em anexo a cópia do ofício encaminhado.

133 *Ofício n.º 002/10*

133 *Porto Alegre, 28 de abril de 2010.*

134 *Senhor Coordenador:*

135 *Recebemos o ofício de nº 05/2010, referente o pedido de cópia integral dos processos do aterro Serraria, nº*  
136 *001.038107.01.5, que está na SMAM sendo solicitado por esta secretaria a cópia do mesmo, ele será encaminhado ao*  
137 *Protocolo Central da Prefeitura de Porto Alegre para a retirada e o pagamento das cópias.*  
138 *Já as cópias dos processos de nº 002.302156.00.4 e 002.073700.02.9, devem ser solicitadas na Secretaria Municipal de*  
139 *Obras e Viação – SMOV, localizada na Avenida Borges de Medeiros, nº 2.244 - 3º andar.*  
140 *Atenciosamente.*

*Professor Garcia*

*Presidente do COMAM*

*Secretário Municipal do Meio Ambiente*

144 Senhor Coordenador Geral  
145 Vicente Medaglia  
146 Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais  
147 Rua Cel. Fernando Machado, 464.  
148 Porto Alegre/RS

149 **Ricardo Ayup Zouain, da UFRGS:** Eu gostaria de esclarecer uma questão que não tenho  
150 clara, acho que nós somos um conselho deliberativo, não conselho consultivo ou  
151 executivo? O que nós somos? Somos consultivos, deliberativos, executivos. Se nós formos  
152 um conselho consultivo nós não executamos nem deliberamos, só somos consultado para  
153 dar nossos pareceres, mas nós não temos atribuição, já falamos disso, graças a Deus o  
154 colega o CREA agora está presente, a Ordem, o Conselho de Química, de Biologia. Nós  
155 estamos representando também as instâncias de atribuições profissionais. Mas para  
156 consulta. Não para executar. Eu não venho aqui com minha carteira do conselho, venho  
157 aqui como um representante de uma instituição, e acho que as ONGs também têm essa  
158 finalidade. Senão nós estaríamos perpassando a função executiva que é da Secretaria do  
159 Meio Ambiente em prol de nós caçar a função pública, da gestão pública ambiental através  
160 do Conselho. Eu só gostaria que se esclarecesse.

161 **José Furtado, da SMAM:** OK professor. Só vou fazer uma colocação aqui que me  
162 passaram agora. O Conselheiro Gilson da tirou um xerox de todo o processo, se não me  
163 engano foi uma solicitação que ele tinha feito e eu autorizei como supervisor do meio  
164 ambiente. Ele tem a cópia integral do processo em questão. Mais alguma colocação inicial?  
165 Conselheiro Eduino, por favor.

166 **Sr. Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eu só quero dar um relato aqui, para  
167 comprovar o que foi dito aqui pelo doutor Marcelo, sobre a questão do licenciamento e falta  
168 de fiscalização da SMAM. Na época de chuvas no final de julho eu trouxe um material e  
169 entreguei na fiscalização da SMAM, posso passar para o COMAM posteriormente os  
170 protocolos de um grave crime ambiental provocado pelo DMAE e por empresas que estão  
171 trabalhando na área. Estavam e estão ainda. Desmatamento, assoreamento de arroios,  
172 destruição de banhados. A situação é muito grave, por falta de fiscalização. Porque a  
173 SMAM libera essas licenças, mas tem que ver como é que está sendo feito isso. Não é  
174 simplesmente liberar. Pode estar dentro da lei. Não é assim. Então eu quero comprovar o  
175 que o doutor Marcelo está trazendo aqui; eu posso passar os protocolos dessa época para  
176 o COMAM, se for necessário. E também um material, um arquivo vasto fotográfico que eu  
177 tenho, sobre essa situação. Aonde o DMAE, não foi diretamente o DMAE, uma terceirizada  
178 que estava fazendo o trabalho e desmatou numa área crítica na nascente do Arroio do  
179 Salso. Uma faixa de 70 metros de largura, sem necessidade nenhuma. Uma área de  
180 banhado super crítica. Então eu quero dizer para o doutor Ayup que esta plenária, deste  
181 Conselho é executiva, sim, e deliberativa, assim diz a lei. Então esta plenária aqui tem que  
182 ser informada para poder deliberar. E essas são as informações verdadeiras que está se  
183 trazendo aqui; não está se trazendo aqui diz-que-diz. Obrigado.

184 **José Furtado, da SMAM:** Eu gostaria de fazer só uma colocação na qualidade de  
185 presidente do Conselho no momento. É pelo seguinte: podemos abrir para o debate. Nós  
186 temos uma pauta extensa que está trancada há uns dois ou três meses. Abrimos para o  
187 debate, não vamos nos furtar disso. Não tem problema. Mas vamos passar para esse  
188 debate, para poder fluir a pauta. Vamos abrir, vamos discutir. Eu vou fechar agora para a  
189 gente continuar a pauta e depois nós continuamos o debate. Isso não tem problema. Seja  
190 rápido e sucinto.

191 **Marcelo Pretto, procurador representante do Instituto Ingá:** Só para fazer o registro. Eu  
192 estava aqui pedindo já de pé. Essa posição, professor Ayup, eu gostaria de saber se a  
193 posição é da Universidade Federal? Eu desconheço que seja. Inclusive professores,  
194 doutores da Universidade Federal me colocaram que não existe esse posicionamento lá.  
195 Mas juridicamente tem...

196 (...)

197 **Marcelo Pretto, procurador representante do Instituto Ingá:** depois o senhor pode pedir  
198 novamente a palavra.

199 (...)

200 **Marcelo Pretto, procurador representante do Instituto Ingá:** Então eu gostaria só de  
201 esclarecer, carece completamente de embasamento jurídico o que o senhor está  
202 colocando. A lei 369/96 ela estabelece justamente que este Conselho é deliberativo. Pela  
203 resolução 237 do CONAMA se esse Conselho não fosse deliberativo, Porto Alegre não  
204 poderia licenciar. Então é uma coisa básica, esse Conselho é deliberativo. Existe a  
205 competência de que esse Conselho tem atribuição para examinar qualquer matéria de  
206 interesse e de relevância ambiental na cidade. Então juridicamente essa colocação até  
207 assusta, porque ela carece completamente de embasamento e nós vamos averiguar na  
208 universidade federal se esta realmente é a posição.

209 **José Furtado, da SMAM:** Professor Ayup para uma resposta rápida, por favor.

210 **Ricardo Ayup Zouain, da UFRGS:** Meu jovem advogado, que veio aqui representando  
211 com uma procuração, por gentileza peço a atenção. Eu sou representante oficial da  
212 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quando o senhor nasceu eu já era doutor.

213 (...)

214 **Ricardo Ayup Zouain, da UFRGS:** O senhor perguntou e eu lhe escutei. Já era doutor.  
215 Primeira coisa, para sua informação: represento oficialmente a universidade, tenho trinta e  
216 cinco anos de atuação como docente. E quando terminei minha atuação como docente,  
217 muitos dos aqui presentes passaram na minha sala de aula, com formação exercício (...)   
218 para atribuição na área ambiental, que eu não fiz direito. Mas lhe garanto que eu conheço  
219 meio ambiente da forma com que o senhor não conhece; assim como meus alunos. Meus  
220 orientandos e meus egressos conhecem para fazer o serviço profissional adequado; não  
221 sobre teoria e sim sobre prática. O senhor pode se informar o quanto quiser. A carta de  
222 encaminhamento à prefeitura foi feita pela Universidade a qual eu represento. Não o é em  
223 relação aos outros professores que o senhor falou, porque não representam oficialmente a  
224 voz e o posicionamento da Universidade. Está claro meu jovem?

225 **José Furtado, da SMAM:** Por favor, vamos dar sequência à pauta. A questão do debate a  
226 gente vai abrir um espaço depois para debates. Passamos ao segundo ponto de pauta:  
227 Relato e deliberação das câmaras técnicas: Resíduos Sólidos. Depois passamos para o  
228 debate.

229 (...)

230 **Alessandra Pires, da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos:** Alessandra Pires, da  
231 SMAM. Esse mês a Câmara Técnica não se reuniu, mas estamos trabalhando no sentido  
232 de tentar fazer novas resoluções a partir da política nacional dos resíduos sólidos.

233 **José Furtado, da SMAM:** O Fundo Municipal do Meio Ambiente, por favor.

234 **Paulo Jardim, do C.T. do Fundo Municipal do Meio Ambiente:** Boa tarde, Paulo Jardim,  
235 SMAM. A Câmara do Fundo se reuniu várias vezes neste período, nestes últimos meses e  
236 nós chegamos praticamente ao fim do trabalho de elaboração de um novo edital. O  
237 conteúdo dele está pronto. Entretanto, eu não diria que ele está 100% concluído o trabalho,  
238 porque existem alguns ajustes do ponto de vista jurídico. A nossa Assejur da SMAM  
239 apontou a necessidade de algumas correções. Então acredito que vamos fazer mais uma  
240 reunião do grupo de trabalho do Fundo. Provavelmente na próxima semana, o quanto  
241 antes, para fazer essas correções, esses ajustes. Mas reitero que o conteúdo do edital está  
242 pronto, então está em fase final mesmo de conclusão do trabalho para publicação de um  
243 novo edital.

244 **José Furtado, da SMAM:** Áreas Naturais.

245 **Fabiana Fetter, Câmara Técnica de Legislação Ambiental:** Fabiana, gabinete do  
246 Prefeito. Nós começamos. Eu vou fazer um breve relato sobre o trabalho que foi  
247 desenvolvido na Câmara Técnica de Legislação. Nós começamos a trabalhar em maio  
248 desse ano, para revisar um projeto de lei que havia sido proposto, fruto de reuniões que  
249 haviam ocorrido em 2007, 06 ou 07.

250 **Andréia Tavares Camargo, da ASSEJUR/SMAM:** Entre os dias 24/7/2007 e 17/10/2007.

251 **Fabiana Fetter, Câmara Técnica de Legislação Ambiental:** Certo. Então nós nos  
252 reunimos semanalmente a partir de maio, junho, julho, agosto e entregamos uma revisão  
253 final do texto, com participação de todas as equipes técnicas da SMAM, foi oportunizado  
254 que todos se manifestassem a respeito dos assuntos específicos e no final de agosto foi  
255 entregue sugestões de texto. E agora estamos fazendo um fechamento com uma redação  
256 final provisória que será encaminhada, após aprovação dos que participaram e ainda  
257 aberta às sugestões de todos que quiserem ainda contribuir, para a final aprovação e  
258 encaminhamento para o Secretário para que seja enviado para o prefeito. Vou passar para  
259 a Andréia.

260 **Andréia Tavares Camargo, da ASSEJUR/SMAM:** Andréia, da Assessoria Jurídica da  
261 SMAM. Só complementando esse trabalho que a gente está realizando. Ele é um trabalho  
262 integrado pelos servidores da SMAM, sediado na Câmara Técnica de Legislação Ambiental  
263 do COMAM, mas desde sempre aberto a todos os integrantes do COMAM ou qualquer  
264 outra pessoa da sociedade que queira participar e fazer a sua contribuição. Então quero só  
265 lembrar que ainda a gente não finalizou o trabalho. Em tempo de todo mundo fazer a sua  
266 participação, apresentar alguma sugestão de melhorias. Mas é fruto do COMAM esse  
267 trabalho; não é só da Câmara Técnica de Legislação.

268 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Eu posso encaminhar a sugestão que o grupo está  
269 fazendo para o email de todo mundo? Ele não está fechado, como a Fabiana falou e a  
270 Andréia eu acho que por email pode ser melhor.

271 **Fabiana Fetter, Câmara Técnica de Legislação Ambiental:** Inclusive essa semana nós  
272 vamos procurar o COMAM, a Simone me encaminhou o email do instituto que solicitou que  
273 verificasse o texto. Nós colocamos à disposição. E todas as sugestões de alteração na  
274 redação que está sugerida até agora, tem um livrinho impresso, né Andréia? Um  
275 anteprojeto de lei. E todas as alterações que estão sendo sugeridas estão sendo feitas em  
276 cima desse texto. Nós já temos algumas alterações significativas e fecharemos essa  
277 redação provisória agora no mês de outubro. Após esse fechamento desse texto, a gente já  
278 entrou em contato com o Ministério Público e nós encaminharemos esse para o Ministério  
279 Público fazer as sugestões e também com o vereador Beto Moesch, nós já conversamos  
280 para que a gente faça o encaminhamento de uma forma tranquila para a Câmara de  
281 Vereadores. Fico à disposição, a Simone encaminha todas as sugestões para a gente  
282 poder analisar e ver a pertinência e colocar no texto. Obrigada.

283 **José Furtado, da SMAM:** Vamos passar para o 3º ponto de pauta.

284 **Julio Cezar Corrêa, da ONG Solidariedade:** Boa tarde colegas, eu sou representante da  
285 ONG Solidariedade. Com relação a essa Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, ou  
286 Câmara de Assessoramento de Assuntos Jurídicos. Eu sei que ela está no momento,  
287 focada nesse anteprojeto do Código Municipal do Meio Ambiente. Mas eu tinha outra  
288 questão, não sei ainda nem se temos tempo, que é a seguinte: que entrou na ordem do dia  
289 na Assembléia Legislativa o projeto que chama Política Gaúcha de Mudanças Climáticas.  
290 Então ele está para o dia 5 – não sei se vai sair essa reunião porque é após a eleição, o  
291 pessoal vai estar meio de ressaca, acredito eu. Mas nós temos tempo ainda para fazer  
292 alguma alteração, alguma sugestão de emenda. Eu acho que esse assunto seria da  
293 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então eu vou deixar uma cópia aqui com a Simone  
294 para ela disponibilizar para o Conselho e aí a gente vai ter que achar algum deputado para  
295 fazer alguma sugestão – se é que essa sugestão vai ser feita, vai existir – se algum  
296 conselheiro se acha suficientemente esclarecido a partir da leitura desse projeto de lei para  
297 fazer alguma sugestão. Então eu acho que esse assunto é importante porque está para ser  
298 aprovado esse projeto de lei, agora dia 5, segundo a informação. Então eu vou deixar com

299 a Simone para ver se ela passa para todo mundo. E quem se achar suficientemente  
300 esclarecido – como eu disse – poderia mandar sugestões para mim, que eu encaminharia  
301 para a Simone, a Simone encaminharia para mim.

302 **José Furtado da SMAM:** O conselheiro tem isso em meio digital? Digitalizado, o senhor  
303 tem? Esse material?

304 **Julio Cezar Corrêa, da ONG Solidariedade:** Não. Vai ter que escanear e passar.

305 **José Furtado da SMAM:** A gente recebe. Então o 3º ponto de pauta. A votação da minuta  
306 através dos conselheiros: Magda do CRBIO3 e Néelson da PUC, por favor.

307 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Nós havíamos parado no artigo 10, então eu pergunto se  
308 nós podemos dar seguimento ou se os senhores entendem de reiniciar. Nós havíamos  
309 parado. Até o artigo 10 nós tínhamos seguido. Então vamos continuar, né?

310 **José Furtado da SMAM:** Com certeza.

311 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Então vamos lá. (...) Então, parágrafo décimo: todo e  
312 qualquer processo somente será submetido à avaliação da Câmara de Assessoramento  
313 Permanente por deliberação do plenário do COMAM. A sugestão: todo e qualquer processo  
314 em tramitação no COMAM somente será submetido à avaliação da Câmara de  
315 Assessoramento Permanente por deliberação de 1/3 do plenário. Manifestações?

316 **Assistência:** Não poderia suprimir a primeira parte do segundo parágrafo e botar só: por  
317 deliberação de 1/3 do plenário em cima?

318 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Todo e qualquer processo somente será submetido à  
319 avaliação da Câmara de Assessoramento Permanente por deliberação de 1/3 do plenário.

320 **Assistência:** Por no mínimo (...)

321 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** A deliberação de 1/3 do plenário.

322 (...)

323 **José Furtado, da SMAM:** Vamos falar no microfone.

324 **Nelson Fontoura, da PUCRS:** Eu acho que temos de decidir primeiro sobre o espírito, se  
325 a decisão é do plenário como um todo ou se de 1/3. Se decidirmos por 1/3 então a gente  
326 faz ajustes na redação do item. Acho que fica mais simples.

327 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões da Lagoa do Guaíba:** Eu gostaria de esclarecer uma  
328 coisa aqui, que o que está trancando a pauta e por parte das ONGs, é que a gente não  
329 está concordando com essa alteração, é justamente as condições que nós temos no  
330 COMAM. Nós quatro representantes, quatro ONGs representam a sociedade civil no  
331 COMAM e o município tem 1/3. Digamos: os empreendedores, a iniciativa privada tem mais  
332 um pouco da representação no Conselho. Então quem realmente pede vistas em  
333 processos. Digamos que a gente levante alguma suspeita de que não estão respeitando a  
334 legislação ambiental ou que estão dragando algum banhado, que estão construindo em  
335 APP de morro, como acontece seguido. Eu sou presidente da Câmara Técnica de Áreas  
336 Naturais. E o que mais chega para essa Câmara Técnica são pedidos em construções de  
337 APP de morros e APP de banhado, em beira de rios. Então eu acho que seria muito  
338 coerente para a gente acabar com este debate, com esta celeuma, que nunca se consegue  
339 aprovar isso. Justamente o motivo é esse: que diminua o quorum que já que a gente tem  
340 quatro ONGs representantes no COMAM, que a gente então coloque ao invés de 1/3, que  
341 sejam quatro representantes do Conselho para pedir vistas, para chamar para a Câmara  
342 Técnica. Porque senão nós jamais conseguiremos fazer a nossa vontade no Conselho.  
343 Somos a minoria nesse Conselho. As ONGs são a minoria e estaríamos sendo  
344 massacradas e não teríamos tempo, prazo, para tentar conversar com as universidades.  
345 Está claro que as ONGs têm um desafio com as universidades. Isso é coisa dessa gestão  
346 agora. Dessa gestão do Conselho. Porque antigamente os representantes das  
347 universidades estavam sempre junto com as ONGs, apoiavam as defesas do meio  
348 ambiente e agora a gente não tem mais. Dificilmente as universidades apóiam a luta das  
349 ONGS. Então realmente nós somos uma minoria de quatro representantes. Então a nossa  
350 reivindicação é que seja quatro ao invés de 1/3. Porque é o mínimo, senão é uma  
351 desvantagem, fica totalmente inviável. Nós vamos ter que entrar sempre na justiça com  
352 uma ação ou com denúncia no Ministério Público para ter acesso a um processo, que se



353 julga que esteja sendo construído numa APP de morro, de banhado, de rio. Então eu peço  
354 pelo bom senso. Gostaríamos que fosse colocado quatro representantes, não 1/3. 1/3 são  
355 nove representantes e jamais teríamos condições numa reunião normal de conseguir  
356 convencer, conseguir nove votos. Nós não teríamos tempo hábil. Então acho que seria  
357 necessário e fundamental que a gente aprove isso e para com esse impasse, é diminuir  
358 isso aí. Quanto ao nome, que querem mudar. Coloquem o nome que quiserem. Que a  
359 gente possa continuar trabalhando em defesa do meio ambiente, tudo bem. Agora, essa  
360 questão do quórum é uma maneira de tirar as ONGs do caminho do licenciamento  
361 ambiental na SMAM. Como o Conselho – já está comprovado – o Conselho é deliberativo,  
362 o Conselho tem acesso a qualquer tipo de licenciamento ambiental que tramite no  
363 município na questão ambiental, nós temos esse acesso. Então não pode o próprio  
364 Conselho direcionado por dois, três conselheiros, querer alterar totalmente isso. Então não  
365 vai ser viável, não vai ser aceitado pelas ONGs essa questão de 1/3. Vocês são nove, nós  
366 somos quatro. Somos a minoria. Gostaria que todos pensassem e...

367 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade-** Pessoal. Este aqui é um conselho que é  
368 composto por interesses. Não vamos ser ingênuos. O Conselho do plano diretor da capital,  
369 a situação é muito mais pesada que aqui e a composição lá é maior. E lá nós perdemos  
370 sempre por 2/3 dos votos. Eu sou bem franco e tenho autonomia para dizer isso: nós  
371 somos patrolados lá. Então nós participamos lá como meros participantes, porque na  
372 verdade o que é de interesse mesmo da coletividade, da cidade, nós somos patrolados  
373 então nós não podemos permitir que isso se perpetue nos outros Conselhos. Eu tenho uma  
374 proposta que vai próxima à questão que o conselheiro Gilson colocou aqui. Em nome da  
375 ONG Solidariedade eu quero colocar uma proposta da seguinte forma: que seja maioria  
376 simples de 1/3, quatro mais um; cinco entidades podem pedir vistas ao processo. Então é  
377 maioria simples de 1/3, menos do que isso eu sou contrário.

378 **José Furtado, da SMAM:** Atenção. Ao invés de fazer a discussão vamos achar a  
379 matemática, vamos ver exatamente o que nós estamos falando. O que refere-se a 1/3 hoje  
380 do Conselho. São 27 conselheiros. São nove na consideração de 1/3. A solicitação do  
381 conselheiro Gilson que seriam quatro e do conselheiro Eduino quatro mais um. A maioria  
382 simples de 1/3. A questão toda, primeiro é: se aceita essa questão inicial do conceito. E  
383 depois a gente coloca em votação aqui, o que se achar interessante, como se disse.  
384 Deliberativo e consultivo. Se vota aqui nessa plenária. O que for decidido será acatado.  
385 Simples. Pode de repente abrir para um pequeno debate das considerações que o senhor  
386 Gilson. O conselheiro Gilson já fez suas considerações, o conselheiro Eduino também fez  
387 as suas colocações. Alguém mais gostaria de fazer alguma colocação nesse sentido?  
388 Então passo a palavra.

389 **Assistência:** Para ser bem sincero. Eu não entendi o que tu disseste. Tu disseste que é  
390 melhor a gente votar agora o texto como está; em relação ao texto e depois decidir a  
391 matéria?

392 **José Furtado, da SMAM:** Votaria-se o texto conceitual, a questão da representatividade  
393 para se pedir vistas; se é isso mesmo que o Conselho quer e depois a forma de quantas  
394 pessoas então teria para se poder pedir vistas. É isso. Nós podemos votar? Vamos ver  
395 como ficou o texto Magda.

396 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Todo e qualquer processo somente serão submetidos à  
397 avaliação da Câmara de Assessoramento Permanente por deliberação do plenário do  
398 COMAM.

399 **José Furtado, da SMAM:** Esse é o texto. Agora nós temos que ver a quantidade. O que  
400 vale para se pedir vistas. Então nós temos aqui: a primeira proposição seria quatro; a  
401 segunda proposição é quatro mais um, é isso? Maioria simples de 1/3. E a que está é 1/3  
402 do plenário em si. É isso?

403 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Então são três proposições: a proposição inicial é a que  
404 está em roxo ali. É o que se tirou das resoluções, do encaminhamento todo da comissão.

405 **José Furtado, da SMAM:** Bom, esse aqui é o texto. Magda explica então isso aí.

406 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Eu acho que é melhor pintar de preto, porque esse roxo é  
407 o que é a proposição da resolução do grupo que elaborou essa proposição dessa Câmara:  
408 todo e qualquer processo somente serão submetidos à avaliação da Câmara de  
409 Assessoramento Permanente por deliberação do plenário do COMAM.

410 **José Furtado, da SMAM:** Esse quando se fala do plenário é todo? É a maioria absoluta?  
411 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** A maioria, metade mais um. Que é o que vem ocorrendo.  
412 **José Furtado, da SMAM:** Ocorrendo agora, metade mais um. Muito bem. Isso é o que  
413 existe. É o que está em vigência, tudo bem. A proposta é então que se passasse para 1/3?  
414 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** A segunda seria proposta de 1/3. E a terceira proposição,  
415 de pelo menos quatro conselheiros, que foi agora da ONG Solidariedade. É isso? Não? Do  
416 Gilson.

417 **José Furtado, da SMAM:** Do conselheiro Gilson é que é de quatro.  
418 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** É verdade. Falta então a outra do conselheiro Eduino, de  
419 quatro mais um, é isso?

420 **José Furtado, da SMAM:** Vamos colocar o texto ali então.  
421 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Sim. Só um pouquinho.

422 **Assistência:** Quem sabe coloca o número direto de conselheiros?  
423 **José Furtado, da SMAM:** O número para a gente poder visualizar.

424 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Cinco conselheiros Eduino? Conselheiro Eduino é esse?  
425 Pelo menos cinco conselheiros, titulares ou suplentes. É isso? Então nós temos senhor  
426 presidente as quatro formas para dar encaminhamento.

427 **José Furtado, da SMAM:** Pois é; agora vamos ver como a gente vota nessas quatro.  
428 Sugira.

429 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Eu dou uma sugestão. É difícil votar entre quatro. Até  
430 porque existe uma proposta contra a da comissão original, que na verdade ela ficaria  
431 pulverizada entre os conselheiros. Eu acho mais conveniente votar entre a original, que é  
432 maioria simples ou menos que a maioria simples. Se votando primeiro esse quesito, aí a  
433 gente vota numa segunda etapa, qual das duas seria: 1/3; quatro ou cinco conselheiros.

434 **José Furtado, da SMAM:** Todos concordam com essa proposição do conselheiro Nélson?  
435 O que houve?  
436 (...)

437 **José Furtado, da SMAM:** Pois não? Isso é importante. Então vamos definir e ficar bem  
438 claro.

439 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eu gostaria que o conselheiro da PUC  
440 refizesse a proposta. Porque a mudança que está acontecendo é que anteriormente a  
441 comissão técnica pedia vistas. A partir de então vai ter que passar pelo plenário. É isso. A  
442 partir daí foi proposto 1/3, teria que ser deliberado por 1/3 do plenário. Isso não está em  
443 votação, de 1/3. Se for votado 1/3 as outras ficam prejudicadas.

444 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Eu estou querendo ajudar o processo eleitoral, para que o  
445 conselheiro não tenha que votar entre quatro. Porque nossa decisão está polarizada entre  
446 maioria simples – que é a proposta da comissão – ou menos do que isso.

447 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eu faço diferente a proposta então: que seja  
448 invertido. Que seja votada a nossa proposta antes então. Depois nós votamos a questão de  
449 1/3. Mas qual é a diferença? Eu não vejo diferença nenhuma.

450 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Conselheiro Eduino, na verdade nós estamos votando isso.  
451 Nós estamos votando nesse momento, segundo a minha sugestão: ou maioria simples ou  
452 menos do que isso. Depois a gente decide numa segunda etapa o que é o menos.

453 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Então não entra 1/3?  
454 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Não entra 1/3. É maioria simples ou menos do que a  
455 maioria simples. Se votar-se pela maioria simples, acabou aqui. Se votar-se por menos do  
456 que a maioria simples, aí se entra numa segunda votação e se decide qual é essa maioria.  
457 É de quatro conselheiros; cinco conselheiros ou 1/3 dos conselheiros. Numa segunda  
458 etapa.

459 **José Furtado, da SMAM:** Por favor, fale no microfone.

460 **Júlio César Corrêa, da ONG Solidariedade:** Eu ainda acho que a nossa resolução  
461 anterior era mais lógica. Em se tratando de Câmara Permanente, ela não necessita do  
462 referendo do COMAM para analisar processos. Ela é uma Câmara Permanente. No  
463 momento em que ela tem agora para ter vistas, para analisar qualquer processo, ela vai ter  
464 que ter o referendo do COMAM, ela ganha ares de câmara temporária. Então eu não vejo  
465 realmente uma lógica nesse sistema que está querendo se colocar, de ter que referendar  
466 os processos de uma Câmara Permanente. Se ela é permanente, ela está  
467 permanentemente em funcionamento. Essa é a minha opinião.

468 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Conselheiro, nós fomos designados, o grupo, justamente  
469 para organizar e propor a todos um rito de tramitação, um tempo de análise e tramitar de  
470 uma forma coerente. Porque muitas vezes o que vem acontecendo ao longo desses anos  
471 todos no COMAM, são momentos infundáveis de vistas, de não justificativa, de não  
472 contribuir para a tramitação ou para o licenciamento daquela atividade ou empreendimento;  
473 ou daquela questão. Nós temos de propor uma situação com maior concretude. É isso  
474 que nós fomos designados para trabalhar, assim eu estou entendendo. Agora, se ao longo  
475 desta discussão for desvirtuar, não tem mais senso da discussão.

476 **José Furtado, da SMAM:** Não, por favor. Vamos fazer assim: conselheiro Néelson pediu a  
477 palavra, depois o conselheiro do Ingá, depois lhe passo a palavra novamente.

478 **Néelson Fontoura, da PUCRS:** A ideia por trás dessa resolução é a seguinte: a Câmara de  
479 Assessoramento e quando a gente imagina assessoramento, a gente imagina que a gente  
480 assessora alguém que solicita um parecer. A gente não assessora gratuitamente de um  
481 assunto que não foi solicitado. Então dentro do espírito da resolução a gente imagina o  
482 seguinte: um conselheiro qualquer, assim como o Ingá fez um encaminhamento no dia de  
483 hoje, trás ao COMAM, um assunto que considera relevante: como um licenciamento que foi  
484 mal formulado, um assunto que precisa de revisão; pede a palavra, apresenta o problema e  
485 solicita que esse assunto seja avaliado por uma Câmara Técnica de Assessoramento.  
486 Solicita. Em função da apresentação do conselheiro, nós, o conjunto de conselheiros;  
487 avaliamos se o assunto é pertinente para seguir adiante, se vale à pena seguir adiante. Se  
488 não temos outras coisas mais relevantes para tratar e decidimos. Nesse caso a questão é  
489 se vai decidir de passar o processo para a Câmara de Assessoramento por maioria  
490 simples; por maioria de 1/3 ou um número menor que esse, quatro ou cinco conselheiros.

491 **José Furtado, da SMAM:** Por favor, no microfone. Só vamos seguir a ordem. O  
492 conselheiro do Ingá, por favor.

493 **Felipe Vargas, do Instituto Ingá:** Eu achei muito pertinente a colocação do conselheiro  
494 Júlio da ONG Solidariedade e o que eu vejo num primeiro momento é que a explicação do  
495 professor Néelson é plenamente coerente. Mas o que o Júlio argumenta é anterior à sua  
496 argumentação. Ou seja, não é a questão de como funcionaria o procedimento. São os  
497 motivos pelos quais os procedimentos estão sendo instaurados. Ou seja, qual é a lógica de  
498 uma Câmara Permanente? É que ela exista permanentemente, que ela não exista  
499 temporariamente quando o Conselho delibera que ela deva examinar os processos. Então  
500 se fosse decidido que vai por deliberação de maioria ela teria um caráter excepcional. Não  
501 permanente. Então o que eu acho que ambos argumentam é essa questão. Eu gostaria  
502 também de fazer um segundo aporte só, em relação à proposta de votarmos por maioria  
503 simples. Que nós estávamos antes fazendo cálculo de números. Eu gostaria de perguntar:  
504 se fica maioria simples, então 14 decidiriam? Porque a maioria simples é de 27. Fica a  
505 pergunta.

506 **Néelson Fontoura, da PUCRS:** O que eu quero deixar claro aqui é que eu não posso me  
507 furtar de me expressar a minha ideia sobre o assunto. Eu acho que essa forma faz parte da  
508 lógica da Câmara de Assessoramento Temporário. Chega um assunto, o assunto é  
509 debatido e se resolve que ele pode ser tratado numa Câmara de Assessoramento  
510 temporariamente. A permanente não tem essa lógica. Ela funciona permanentemente. Os  
511 processos vêm e vão para a Câmara permanentemente. Acho que não faz parte do  
512 Conselho resolver o que a Câmara Permanente vai ou não analisar. Ela é uma Câmara  
513 Permanente. Agora, essa lógica aí é do Conselho, faz parte, existe, mas é para criação de

514 uma Câmara Temporária. Pode ser tardia a minha opinião. Isso aí já devia ter sido debatido  
515 anteriormente. Mas eu me dei conta disso agora.

516 **Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU:** Conselheiro Júlio, eu gostaria só de lembrar que  
517 existem outras questões aqui no COMAM, esse, foi criado para as questões de  
518 planejamento ambiental. E dentro dessas funções de planejamento, acho existem além dos  
519 processos – principalmente além dos processos de licenciamento ambiental – as questões  
520 de planejamento ambiental que eu creio que sejam muito relevantes também para serem  
521 discutidas dentro das câmaras técnicas. Até porque para assuntos de licenciamento  
522 ambiental a SMAM já tem um grupo fortíssimo de técnicos que já tem essa competência.  
523 Então eu queria dizer que na verdade a competência do COMAM também se dá em  
524 relação às atividades de planejamento ambiental. Então também gostaria de ter as  
525 câmaras de assessoramento para produzir e com conteúdo com relação a essas matérias.  
526 Obrigado.

527 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Eu acho que nós temos que separar a questão da  
528 constituição jurídica da Câmara de Assessoramento da ação dela do ponto de vista de  
529 encaminhamento dos processos. Na medida em que ela existe e está constituída por  
530 determinados elementos, ela é permanente. Porque os elementos são designados para  
531 constituírem a Câmara e ela está continuamente presente e alerta para atuar em qualquer  
532 momento, desde que deliberado pelo Conselho. Por isso ela é permanente. Ela é  
533 permanente porque os membros têm assento permanente na Câmara. Assim que  
534 solicitados, eles vão atuar dentro da sua competência. A Câmara de Assessoramento  
535 Temporário tem outro caráter, sobre assuntos eventuais e pontuais, que não fazem parte  
536 da pauta do dia-a-dia do COMAM e que merecem uma análise especial. E que depois de  
537 feita a análise, se extingue automaticamente. Esse é o caráter da resolução.

538 **José Furtado, da SMAM:** Eu gostaria de propor outra situação. Por favor, a atenção de  
539 todos. Está sendo uma pauta bem apertada aqui do ponto de vista de processos a serem  
540 analisados na situação das ERBs principalmente. Eu gostaria de suspender a discussão.  
541 Lamento. Mas nós temos outras situações que merecem por parte desse Conselho, que  
542 estão emperradas. Esse já é um debate que demora. Nós temos que abrir e nós temos que  
543 discutir isso, porque depois tem que seguir isso. Então eu sugiro a gente inverter a pauta.  
544 Encerrar momentaneamente essa discussão para agora entrar ao item cinco da pauta.  
545 Porque são processos urgentes que já demandam uma série de situações de licenciamento  
546 ambiental, que não podem mais ficar parados. Eu sei da relevância do item que nós  
547 estamos discutindo. Mas nós teríamos mais tempo para poder discutir esse tão grande  
548 problema que nós temos aqui. Gostaria de pedir a colaboração de todos. Se todos  
549 concordam? Aqueles que concordam permaneçam como estão. Os contrários se  
550 manifestem. Quatro contrários. Então está aprovado. Vamos inverter a pauta para o item  
551 cinco, para a discussão das ERBs.

552 **Marcelo Pretto, procurador representante do Instituto Ingá:** Um esclarecimento. Uma  
553 questão de ordem para esclarecer um fato aqui. Concordo plenamente com o  
554 encaminhamento. Então, só o que foi colocado pela conselheira Magda. Eu queria  
555 esclarecer aqui, eu já fiz parte desse Conselho, acompanho diretamente junto com as  
556 entidades ambientalistas. Mas quando foi dito que as coisas ficam paradas e trancam na  
557 Câmara Técnica, eu vou aqui, a bem da verdade, esclarecer: fica parado porque a Câmara  
558 Técnica sempre analisou os processos e encaminhou ofícios fazendo solicitações de  
559 complementações de estudos. Quer dizer, a SMAM estava licenciando com base em  
560 estudo mal feitos e as Câmaras Técnicas sempre tempestivamente encaminharam  
561 solicitações de informações. E aí as empresas não apresentavam informações ou a SMAM  
562 não encaminhava os ofícios para as empresas cito aqui o caso do empreendimento de  
563 condomínio residencial Belém Novo. Então não é verdade dizer que as Câmaras Técnicas  
564 que seguram os processos. São os empreendedores que não apresentam as informações.  
565 O último registro, que me causa certa surpresa: não é falado aqui – pela Magda que sabe  
566 disso inclusive – que antigamente as Câmaras Técnicas tinham um papel ativo na defesa  
567 do meio ambiente. Eu cito aqui a Câmara Técnica de Áreas Naturais já desde o início

568 dessa década pessoal, há 10 anos, as atas estão aí para todo mundo ver. Fez um trabalho  
569 brilhante. Analisou aqui o professor Sérgio Cabral Leite; professora Maria Luiza Porto da  
570 Universidade Federal, que tinha um papel pró-ativo brilhante; atuou aqui a Pontifícia  
571 Universidade Católica. Realizaram estudos, verificaram. Eu cito aqui um caso, um processo  
572 do loteamento Germânia que foi licenciado pela conselheira Magda enquanto era a chefe  
573 do setor, que o processo foi mal licenciado e foi extremamente relevante o papel da  
574 Câmara Técnica, foi extremamente relevante. Então agora querem acabar com esse papel  
575 das Câmaras Técnicas e tirar esse poder, então eu faço só esse registro. Obrigado.

576 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Eu gostaria de direito de resposta, por favor. Porque a  
577 situação, eu me permito discordar. Eu trabalhei 32 anos nesta casa, eu tenho muita  
578 condição de dizer que plenamente correta e com ética; junto com toda a equipe técnica  
579 formada na secretaria. Não licenciarei sozinha o loteamento Germânia. Foi licenciado na  
580 prefeitura municipal de Porto Alegre, com os estudos corretos. Quando manifesto e reitero  
581 a demora e a falta de prazos, foi porque a vida toda da prefeitura, ela é feita de cadernos  
582 de embargos, de procedimentos e de tempos. E o que não ocorre nesse Conselho  
583 Municipal do Meio Ambiente. A proposição de se redigir Câmaras com organogramas, com  
584 previsões de etapas, assim como o Conselho Municipal do Plano Diretor – que eu também  
585 fui conselheira; representado o órgão ambiental por muitos anos – há tempos. Há tempos  
586 de pedido de diligência, há tempos de revisão e de retorno. Porque realmente caro  
587 conselheiro, ou representante da Organização Ingá, não há tempos de retornos dos  
588 processos que ficaram esperando. Há fechamento de tramitações e até cancelamento de  
589 tramitações extemporâneas. Isso não entendo como seja responsabilidade do COMAM  
590 assim assumir.

591 **José Furtado, da SMAM:** Por favor, passamos a palavra para o item quatro. Ok, Áreas  
592 Naturais.

593 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões da Lagoa do Guaíba:** Na última reunião válida do  
594 COMAM foram apresentados 10 processos de ERB'S para aprovação do COMAM. Aí eu  
595 pedi informação sobre dois processos. Mas não tinha nenhum representante de Câmara  
596 Técnica de ERBs nessa reunião. E nem um representante da SMAM, inclusive a Simone  
597 tentou localizar alguém para dar as informações sobre esses processos e não localizaram  
598 ninguém. Então ele ficou à disposição para que eu tivesse as informações e que fosse  
599 colocado em votação. Então na verdade eu não fiz um parecer. Eu simplesmente tive  
600 acesso às informações que estiveram faltando. Inclusive foram muito satisfatórias as  
601 informações porque o Preto que é o assessor encarregado do licenciamento das ERBs, ele  
602 me colocou a par, eu tive muitas informações sobre de que maneira são licenciadas as  
603 ERBs em Porto Alegre. E na verdade por um lado a coisa funciona bem, por outro lado me  
604 assusta. Porque não existe na verdade um plano diretor de ERBs, de gerenciamento, uma  
605 coisa prévia. Porque na verdade, a única coisa que restringe uma torre da outra são 500  
606 metros de distância ou que diz respeito a uma clínica, algum hospital, uma creche. Então  
607 eu acho que realmente está na época da prefeitura criar um plano diretor de ERBs para  
608 Porto Alegre, senão nós vamos morar dentro de um paliteiro. A grande verdade é essa,  
609 porque está vindo a TV digital. Pela informação que eu tive ainda não foi licenciada  
610 nenhuma antena para TV digital. Mas o empreendedores vão forçar a barra, vão querer  
611 licenciar. Os nossos queridos morros de Porto Alegre, áreas de preservação permanente  
612 que a Câmara Técnica tanto defende. Então eu acho como o Arceu falou aqui: o Conselho  
613 tem que prever algumas coisas também e não só os assuntos pontuais fazer um  
614 gerenciamento. Eu acho que está na hora do Conselho tomar um gerenciamento dessa  
615 questão. E o que a gente está propondo agora na verdade é a extinção da Câmara Técnica  
616 de ERBs. Eu acho que não é o momento. Porque nessas novas Câmaras Técnicas que  
617 estão sendo criadas não tem uma Câmara de ERBs, eu não estou entendendo como vai  
618 ser essa questão. Então eu vou citar o número dos dois processos que eu tive acesso:  
619 processo 001.057518.05.0 na Rua 11 de agosto esse processo era um compartilhamento.  
620 A minha curiosidade era porque eu sabia já que existia essa torre nesse local e só agora  
621 chegou o pedido de licenciamento. Foi isso que eu perguntei, foi a minha curiosidade. Aí

622 como ninguém soube me responder na hora o processo ficou parado. Então na verdade foi  
623 um compartilhamento. E a outra torre de ERBs foi uma que deu uma polêmica aqui, porque  
624 a antena é construída em cima de uma caixa de água. Segundo o Preto, o licenciamento  
625 diz que a Secretaria de Saúde diz que não tem nenhuma objeção. Pelo que ele explicou da  
626 radiação eletromagnética, não atingiria a questão de contaminação na água. É  
627 basicamente isso sobre as ERBs.

628 **José Furtado, da SMAM:** Nós estamos abrindo para o debate. Não. Uma apresentação do  
629 Preto sobre as ERBs.

630 **Antônio Preto, da SMAM:** Eu participo da Câmara Técnica de ERBs e nós tivemos nesse  
631 período de recesso das plenárias, três reuniões e foram aprovados todos esses processos  
632 que eu vou relatar agora. Seriam os dois que o Gilson citou: a Rua 11 de agosto, da  
633 NEXTEL; a Rua Dorival Castilho Machado, número 331, da Vivo. Também foram deferidos  
634 na Rua Cairú, número 340, da Claro; da Rua Marechal Deodoro, número 130, também da  
635 Claro; Avenida Professor Oscar Pereira 1.422, da Claro; Rua Derocy Giacomo da Silva  
636 número 30, da Claro; Rua dos Maias, número 250, da Vivo; Rua Otto Niemeyer 2.964, da  
637 Claro; Avenida Protásio Alves 9.339, que é um processo da Polícia Federal que é de um  
638 sistema, agora não me lembro o nome do sistema que eles estão implantando aqui em  
639 Porto Alegre. É digital. Eles têm o mesmo sistema da telefonia celular, para que os  
640 bandidos não entrem no mesmo canal. Morro Santana. É próximo daquela antena da  
641 ANATEL que tem lá, é do lado. Avenida Bento Gonçalves 1.880, da Vivo; Rua do  
642 Santuário, também outro processo da Polícia Federal na Caixa D'Água do DMAE; Rua  
643 Professor Carvalho de Freitas 200, da Vivo; Rua São Joaquim 273, da Claro. Esses aqui  
644 são dois processos tratando do mesmo assunto. É que uma parte da documentação está  
645 num processo, foram abertos dois processos, por isso eles estão juntos. Rua Alberto  
646 Rangel 315, da Claro e teve o da Rua Doutor Florêncio Ygartua, da NEXTEL que está  
647 sobestado, porque determinar o número de condôminos para o atendimento da resolução  
648 número 13. Seria isso aí.

649 **José Furtado, da SMAM:** Com a apresentação dos relatos eu gostaria de colocar em  
650 votação esses processos todos liberados, tanto pelo; pois não? Tá OK. Vamos aqui  
651 primeiro. Aqui primeiro conselheiro, antes de votar.

652 **José Carlos Silveira Vieira, da CMS:** Vieira do Conselho Municipal de Saúde. Eu só  
653 queria fazer uma pergunta sobre essas ERBs aqui. Se todas essas ERBs foram analisadas  
654 do que tem no entorno delas. Porque olha aqui: eu gostaria que vocês vissem, eu quero  
655 questionar a que está instalada ali na Carlos Barbosa. Ela está a menos de meio metro de  
656 uma creche. E ela não pode estar nessa distância de uma creche. Ela está colada numa  
657 creche, ela tem radiação. E o que consta: creche, posto de saúde, colégios, ela tem que  
658 estar a 500 metros de distância. Aquilo ali está me preocupando. Eu já fiz inspecionamento  
659 lá no Conselho Municipal de Saúde. Aquilo ali nós vamos ter que rever aquela situação ali.  
660 Porque ela não pode estar ali onde está. Eu acho que nós conselheiros – e eu  
661 principalmente que defendo a área da Saúde – aquilo ali me preocupou muito. Eu não sei  
662 se ela já foi licenciada ou se vai ser licenciada. Aquilo não pode estar ali. Foi o mesmo da  
663 outra vez: eu questionei com aquela que estava ali no presídio. Foi rápido tirada do presídio  
664 Madre Pelletier. Eu acho que isso aqui; eu não sei se vocês todos já analisaram, se tem  
665 algum colégio, algumas coisas perto.

666 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Sou técnico em telecomunicações com  
667 especialização em telecomunicações via satélite. Ainda bem pessoal que nós temos, em  
668 Porto Alegre alguém como o Preto, com a capacidade que ele tem, veste a camiseta  
669 desse processo. Eu particularmente eu assino embaixo do que ele diz e o que ele assina.  
670 Porque pessoas assim confiáveis são muito poucas, infelizmente. Isso que está aqui  
671 pessoal, isso é uma barbaridade. Porque Porto Alegre tem uma prática da flexibilização.  
672 Então tudo se flexibiliza para não se aprovar nada, nada se regulamentar. Mas já era para  
673 nós termos um plano diretor de áreas naturais. A gente está cobrando isso há quantos  
674 anos? Mas não há interesse da especulação imobiliária fazer isso aí. É melhor flexibilizar  
675 caso a caso. Aí confunde. E essa questão das ERBs, eu só quero dar um relato para vocês

676 aqui: não sei se vocês notaram que o meu celular não toca. Alguém já notou isso? Isso é  
677 intencional pessoal. Porque eu não uso essa porcaria desse grupo de ladrões que está aí,  
678 esse grupo de mafiosos que estão na especulação das bandas de celular. Tem a banda A,  
679 B, C e a bandalheira. É um verdadeiro assalto. As ações estão na mão de pilantras do  
680 exterior, não está na mão de brasileiros. Então a situação é a seguinte: Porto Alegre é a  
681 casa de Irene na questão das ERBs. Nada se regulamenta porque é bom deixar assim  
682 frouxo. Sabe quanto custa uma multa por obra irregular, que é uma ERB instalada sem  
683 licença? 1.120. Isso aí se tira em três contribuintes. Bota lá um pouco para cada um e retira  
684 a multa. Então todas as ERBs são colocadas a funcionar antes do licenciamento. Todas  
685 que passam no plano diretor estão com multa da SMOV, porque nós exigimos lá que tenha  
686 multa já. Então no plano diretor o Ministério Público deliberou que tem que passar uma a  
687 uma porque é questão urbanística. A lei diz que é uma questão urbanística. Agora, na  
688 SMAM é outra situação, é a questão de radiação. A radiação – o conselheiro já falou aqui –  
689 não polui águas, não dá esse problema. Só se uma pessoa é diretamente atingida pela  
690 radiação. Então eu acho que Porto Alegre – já foi cobrado isso quando nós fizemos a lei  
691 municipal – de tinha que ter um prazo para fazer um plano diretor de rádio base em Porto  
692 Alegre. Não é possível do jeito que está isso. Os nossos morros estão virando um paliteiro.  
693 A rádio Aliança, por exemplo, vocês vão lá ao Morro da Polícia, tem uma baita de uma  
694 placa lá na frente: aluga-se espaço e antena. Dentro das nossas áreas de APP. Isso é  
695 permitido pela SMAM? Eu acho que não deveria. Se a igreja – que a rádio Aliança é da  
696 igreja – se eles querem faturar alguma coisa, eles que vão comprar um terreno. Vão  
697 comprar um morro em outro lugar. Não nos nossos morros de APP. Então pessoal essa  
698 questão aqui tem que ter uma Câmara Técnica, sim. E eu acho que tem que funcionar isso  
699 aí. Porque senão nós vamos cair numa vala comum, que nem eu fui testemunha contra a  
700 NEXTEL e não sei mais qual outra, no Ministério Público em 2003. E nós conseguimos a  
701 demolição das torres. Porque eu levei para lá a prova de que aquilo lá era irregular. Eu  
702 assinei um laudo. Eu tenho credencial do CREA. Eu assinei um laudo porque aquilo era  
703 prejudicial. Outra foi uma ERB na José do Patrocínio no ano passado. A prefeitura  
704 comprovou através de um laudo que eu fiz que era prejudicial ao edifício do lado. Então a  
705 prefeitura retirou a ERB. Vocês podem verificar: José do Patrocínio, 900. Então pessoal,  
706 acho que essa Câmara Técnica tem que ter pessoas qualificadas e tem que funcionar. Não  
707 pode ficar do jeito que está.

708 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Essa questão aqui é uma questão que cai de madura.  
709 Dentro da política de resolução, que a votação acabou de ser encerrada. Nós temos o  
710 seguinte: nós temos uma Câmara Técnica de ERBs, nós temos um pessoal qualificado que  
711 trabalha na SMAM, que fez uma avaliação, imagino uma avaliação cuidadosa dos  
712 processos. Analisou documentos, fez visitas no local. Analisou a legislação pertinente e  
713 tomou uma decisão sobre a viabilidade ou não, que eventualmente até pode estar errada.  
714 Mas houve uma avaliação cuidadosa. E daqui a pouco aqui, com todo esse processo de  
715 pompa de Câmara Técnica de ERBs, que é necessária e lá sei o que; estamos  
716 apresentando uma lista: ERB tal, endereço tal; ERB tal, endereço tal. E daqui a pouco nós  
717 vamos votar isso aí tudo. Vamos dar a chancela do COMAM, o COMAM analisou, o  
718 COMAM votou, está tudo de acordo. Não funciona assim. Quem é que sabe se a ERB está  
719 de acordo ou não está? Nós estamos confiando que o trabalho foi bem feito. Não adianta  
720 ter a Câmara Técnica ou não ter. Nós temos que confiar na SMAM, que a SMAM está  
721 fazendo o trabalho dela direitinho. Se a SMAM não está trabalhando direito e a gente tem  
722 elementos para verificar que não está, então como COMAM a gente toma uma decisão de  
723 abrir um processo, fazer uma avaliação crítica: por que esse setor da SMAM ou aquele,  
724 não está licenciando de forma adequada? Por que não está seguindo a lei? E vamos tomar  
725 medida para que passe a seguir a lei. Mas a gente não pode querer passar os processos  
726 aqui, não há o menor cabimento. Qual é a qualidade técnica da nossa decisão nesse  
727 momento? Quantas ERBs são? É um monte de ERBs. Não tem o menor sentido a gente  
728 votar isso aqui, gente. Não tem o menor sentido.

729 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** A questão que o conselheiro colocou é  
730 tranquilo. Concordo com ele. Só que a SMAM não tem dados de quantas ERBs tem na  
731 cidade. Ela não tem porque eu sei disso, com certeza. E o Pretto, como eu disse, é uma  
732 pessoa responsável, técnico competente, mas é só quando ele fica sabendo que tem uma  
733 ERB, onde está; ou alguém denuncia. Do contrário a SMAM está fora, não tem condições  
734 com esse pessoal que tem aqui; eles só podem trabalhar aqui dentro, eles não estão  
735 trabalhando na rua. Então eu digo que a SMAM não tem conhecimento de quantas ERBs  
736 tem na cidade. Então esse é o problema. A SMAM só fica sabendo quando o processo  
737 chega aqui ou quando alguém denuncia.

738 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB:** Observando o que os colegas colocaram com relação  
739 a essa tecnologia, que é uma tecnologia nova, de certa forma. O que se tem na verdade é  
740 uma tecnologia que não se sabe muito bem os efeitos que isso poderá trazer para a  
741 população e a proximidade muitas vezes é um fator importante. Agora, existe uma  
742 legislação básica que tem que ser cumprida. E o princípio da precaução, que é um princípio  
743 muito importante. Nós temos dois princípios: o princípio da precaução e o princípio da  
744 prevenção. Prevenção quando se tem certeza e precaução para não se tem, não se sabe  
745 quando vai acontecer. É o tipo dos transgênicos e é o caso desse tipo de tecnologia, que  
746 são as ERBs. Então o que tem que se ter? O máximo de cuidado e de prevenção, para que  
747 não se tenha consequências futuras para a população, principalmente aquela população  
748 que está em contato direto com esse tipo de radiação. E isso poderá trazer consequências  
749 bastante perigosas e até irreversíveis. Então a importância de se passar, realmente ter o  
750 máximo de cuidado, passar por uma Câmara Técnica, reavaliar, não significa que de  
751 repente a SMAM não fez um trabalho adequado ou deixou de fazer, pode ter cometido um  
752 erro. Nós somos humanos. Mas que se tenha o máximo de cuidado para garantir a  
753 prevenção desse tipo de coisa no futuro e se evite, então se estará preservando as nossas  
754 futuras gerações. Estaremos cumprindo o princípio básico constitucional, que é um  
755 princípio fundamental do artigo 225. Obrigada.

756 **Júlio César, da ONG Solidariedade:** Eu tenho discordado do professor Fontoura em  
757 quase tudo. Mas agora nessa participação eu vou ter que concordar. Mas eu acho que a  
758 gente pode resolver isso. Nós temos aqui 19 processos de ERBs; não temos condições de  
759 aprovar aqui no Conselho, porque nós não temos realmente conhecimento e a Câmara  
760 Técnica não nos trouxe subsídios suficientes para isso. Cabe agora a fiscalização da  
761 SMAM, verificar processo por processo, como se encontra a situação e nós aqui temos que  
762 pedir para as Câmaras Técnicas que ao apresentarem os seus relatórios, não nos tragam  
763 esse volume tão grande. Porque na reunião não temos esse tempo. Que sejam volumes  
764 menores e com maiores informações para isso. Outra coisa que eu quero dizer é que eu  
765 vejo realmente que as Câmaras Técnicas têm sido aqui um motivo de preocupação e  
766 problemas. Com relação à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, eu queria me  
767 manifestar, dizendo que eu acho louvável que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos  
768 esteja se dedicando à análise desse projeto de lei, desse novo código municipal, porque é  
769 de 2007 e até agora não foi aprovado e finalmente espero que seja. Porque eu achei um  
770 projeto bem interessante, esse projeto do executivo partiu aqui da nossa casa inclusive.  
771 Mas eu quero dizer que existem outros projetos tramitando na Assembléia, na Câmara de  
772 Vereadores, que não estão passando pelo COMAM e que são importantes, seria  
773 importante que nós tivéssemos vistas, analisássemos e até nos manifestássemos sobre  
774 isso. Por isso eu peço a minha participação, quero que a Simone me coloque na Câmara  
775 Técnica de Assuntos Jurídicos, que eu quero começar a participar e na medida do possível  
776 trazer informações aqui para o Conselho, desses projetos de leis que estão sendo  
777 aprovados aos montes e que nenhum deles está passando pelo COMAM. E novamente eu  
778 peço aos colegas que deem uma olhada, que a Simone vai enviar para todos; essa política  
779 gaúcha de mudanças climáticas, que está na ordem do dia para terça-feira que vem e se  
780 alguém quiser se manifestar manda email para a Simone e eu faço chegar na Assembléia.  
781 Era isso.



782 **Lívia Zimmermann, da UPV:** Em relação a essas ERBs, foi dito agora que ninguém tem  
783 subsídios, principalmente para saber as consequências. Em Torres a nossa casa é atrás do  
784 Morro do Farol. Em cima do Morro do Farol tem uma estação com uma antena de celular e  
785 as consequências sobre, no caso, a minha mãe que tem o quarto dela bem de frente para o  
786 morro, sem nós sabermos, começou a depressão, mal estar e muita gente começou  
787 inclusive a apresentar sintomas de câncer. Nós tivemos que botar dispersores de energia.  
788 Eu acho, sinceramente, que tem que haver um estudo, se toda essa quantidade de antenas  
789 é necessária. Porque em primeiro lugar antes da tecnologia, a saúde pública tem que ser  
790 colocada; individual em primeiro lugar. Que então se viabilize algum estudo para minorar  
791 essas radiações. Alguma coisa que coloque o ser humano à frente dessa tecnologia.  
792 Porque nós lá sabemos, eu sei o que estava afetando a saúde do pessoal ali do entorno  
793 em relação àquela antena. Uma antena sobre o morro. Agora essa quantidade absurda  
794 aqui realmente eu acho que tem que ser considerada pela nossa comissão, pelo COMAM,  
795 em que a saúde pública esteja em primeiro lugar. O meio ambiente é o meio da gente, que  
796 seja bem relevado isso.

797 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Eu só quero colocar, mais é um desabafo. Porque nós  
798 viemos tratando ao longo desses meses todos, para ordenar, sim, os procedimentos,  
799 ordenar a forma de avaliação de processos, termos locais, Câmaras, o nome que seja. E  
800 eu vejo – é um desabafo sim – porque eu fiquei bastante contrafeita com a manifestação  
801 extemporânea do advogado representando a Organização Ingá. Porque na minha pessoa,  
802 de ser a única responsável por um licenciamento de um loteamento em Porto Alegre,  
803 quando não é verdade. Então situações inverídicas. Mas o que na verdade eu quero  
804 reiterar é que agora colega Júlio, o senhor externou a necessidade de passar aqui, vocês  
805 não conseguiram, a Câmara, analisar todos os fins de processos de licenciamento de  
806 ERBs, então peçam mais tempo. Eu só quero terminar, por favor. Situações semelhantes.  
807 O que nós estamos tentando organizando Câmaras com definições de Câmaras  
808 Permanentes de assuntos reunidos: Câmaras de Meio Ambiente, de Vigilância, de não sei  
809 mais o que, enfim, todas essas nomeações que havíamos pensado; porque eu  
810 sinceramente coloco, senhor presidente, que eu não sei mais se tem razão de  
811 continuarmos discutindo, de quantas vezes, postergada, postergadas? Não tem mais um  
812 motivo. O que eu quero realmente, só fechando esse meu desabafo: é que nós não vamos  
813 seguir a nada. Nós não vamos conseguir fechar nada desta forma. Se nós não nos  
814 definirmos, todos nós, que vocês são quatro ONGs, podemos ser cinco ou seis, estão  
815 abertas. Nós se não tivermos uma união, um pensamento único de redigir um documento,  
816 de aceitar o documento, de termos realmente colegas; nós ficamos em trincheiras. E nós  
817 não vamos chegar a nada. Então nós viemos todos, nós de organizações, eu de uma  
818 autarquia hoje, já fui daqui, a universidade, enfim. Senhores nós estamos perdendo tempo.  
819 Se 15 processos não conseguiram olhar, se nós não definirmos momentos, tempos,  
820 esperas, diligências e vistas; nós nunca vamos ter um Conselho de redigir resoluções, de  
821 pensar numa política de meio ambiente. No caso das ERBs eu tenho orgulho de ter sido a  
822 primeira cidade do Brasil, de ter feito uma legislação, consultando experts, notório saber da  
823 cidade de Porto Alegre, de três universidades distintas, reunindo então uma conjugação de  
824 elementos, numa legislação que permite, embora com erros, de licenciar, que possa ter  
825 erros. Agora se nós temos essa condição. Tem uma especialidade, uma equipe técnica que  
826 define, nós estamos, eu não entendo o nosso papel. Sinto dizer, mas eu não consigo  
827 entender. Obrigada.

828 **José Furtado, da SMAM:** Tudo bem; vou dar direito de resposta. Só vamos dar os  
829 encaminhamentos anteriores.

830 **José Paulo Fitarelli, do IBAMA:** Na verdade nós estamos com uma legislação, a gente  
831 está cumprindo todo um ritual de encaminhamento de processos e é dessa forma que as  
832 coisas estão nesse momento aqui dentro do COMAM. Então nós precisamos respeitar esse  
833 tipo de tramitação. Porque a legislação existente hoje é essa. Então o que eu peço é que  
834 nós continuemos a fazer a aprovação desses processos e que no futuro a gente repense

835 então uma forma de melhorar essa tramitação. Mas nesse momento, agora a gente precisa  
836 dar andamento.

837 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Só voltando a uma questão importante: a gente discutindo a  
838 questão de licenciamento de ERB a gente está perdendo um tempo importante para  
839 discutir, por exemplo, a política de gestão de ERBs. Nós não podemos discutir aqui caso a  
840 caso: antena A, antena B. Nós temos que discutir uma política para Porto Alegre sobre o  
841 estabelecimento de ERBs, esse que é o papel essencial do Conselho. Isso é outro  
842 parêntese: essa questão do paliteiro de antenas ou do número excessivo de antenas. É  
843 que é uma questão técnica, a intensidade desse sinal aqui é inversamente proporcional ao  
844 quadrado da distância. Então quando eu tenho ERBs mais próximas entre si, pode parecer  
845 que está tendo uma poluição excessiva. Mas permite que esse aparelho que está do lado  
846 do meu ouvido trabalhe com uma intensidade de sinal muito menor. Quanto maior a  
847 proximidade de antenas, menor a necessidade desse aparelho aqui emitir um sinal muito  
848 forte. Vocês lembram que no passado a bateria não durava nada. Hoje em dia a bateria  
849 dura um tempão. Por quê? Ninguém faz milagre. Um pouco é software e um pouco é  
850 porque o sinal que ele está emitindo é menor. Isso está nos protegendo porque aqui o  
851 quadrado da distância é mínimo. De uma antena que está a 100 metros de distância ou 50  
852 metros de distância. O sinal é muito menor.

853 **José Furtado, da SMAM:** Conselheiro Eduino.

854 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Só para argumentar rapidamente com o  
855 conselheiro da PUCRS. O que falta em Porto Alegre vou repetir, é um plano diretor de  
856 estação de rádio base com regras para as células. Por que o nosso telefone se chama  
857 celular? Lá em Portugal é telemóvel, não é telefone celular. Aqui é celular porque nós  
858 optamos pela palavra direta; por células. Então essa regra de células não existe em Porto  
859 Alegre. E é uma casa de Irene. Eu vou repetir aqui, por quê? Porque cada empresa, se eu  
860 não me engano são cinco. Cada empresa coloca a sua regra própria e não quer nem saber  
861 onde é que vai colocar uma antena. Não está nem aí se está dando problema ou não. Ela  
862 quer colocar onde os seus telefones funcionem. A Vivo, a Claro, a TIM, o diabo que o  
863 carregue. É assim que funciona. Então não tem regra, conselheiro, Porto Alegre. É assim  
864 que não está funcionando. A minha proposta é o seguinte: no plano diretor de  
865 desenvolvimento urbano ambiental nós somos obrigados pelo Ministério Público a pegar  
866 ERB por ERB. E cada conselheiro que é relator de uma estação de rádio base, é obrigado  
867 a ir ao local e trazer um relatório. É assim que nós trabalhamos lá no plano diretor. Já  
868 houve iniciativas de mudança, mas o Ministério Público não aceitou. Tem que ser assim,  
869 porque assim foi estipulado. Eu não posso; não me sinto à vontade, como técnico  
870 principalmente, de votar esse pacote aqui, que eu não conheço isso aqui. Eu não conheço  
871 nada disso aqui; e não tem um laudo aqui que me diga que eu devo votar em qualquer uma  
872 dessas ERB aqui. Como é a situação que ela está? Ela não está do lado de um posto de  
873 saúde? De uma creche? Se ela não está prejudicando pessoas? Então eu não me sinto à  
874 vontade de votar. Dessa forma aqui, eu voto contra. Tecnicamente não tem como votar  
875 nesse pacote.

876 **José Furtado, da SMAM:** Não está em votação ainda.

877 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Esse é o encaminhamento. Que se tenha um  
878 laudo para a gente saber como está a situação delas. A culpa não é da SMAM nesse caso.  
879 Mas nós não podemos votar numa coisa que vai chegar lá no plano diretor; aí os  
880 conselheiros pegam: mas isso aí passou pelo COMAM. O conselheiro Eduino votou a  
881 favor. Eu fora dessa. Eu não vou ser execrado lá. Então se for esse pacote eu voto contra.

882 **José Furtado, da SMAM:** Antes de passar a palavra para o conselheiro Julio. Eu só  
883 gostaria de falar uma coisa, eu vou ter que dizer, porque eu estou como Secretário do Meio  
884 Ambiente em exercício, além de presidir esse COMAM. Vou botar assim: alguns estão  
885 colocando a não competência da SMAM, estão colocando aí. Vocês estão colocando a não  
886 competência da SMAM para julgar estes processos, para analisar tecnicamente esses  
887 processos. Nem vou botar julgar, vou botar analisar tecnicamente. Nós temos os nossos  
888 técnicos. Eu não ia falar nada, eu ia me abster. Mas agora chegou a um ponto que eu

889 tenho que falar. Seguinte: os nossos técnicos têm fé pública, são concursados, são  
890 qualificados e estão seguindo à risca a legislação ambiental do município de Porto Alegre.  
891 Nestes processos, não que o Preto está aí, que eu como supervisor sou o chefe dele,  
892 supervisão do meio ambiente. E além de ser supervisor do meio ambiente eu sou  
893 Secretário Adjunto e hoje estou em exercício. Então assim: aí também eu acho que está  
894 passando muito. Não é crítica. Gosto muito do senhor, conselheiro Eduino. Agora mesmo  
895 teve posicionamentos muito corretos. Acho excelente conversar com o senhor.

896 (...)

897 **José Furtado, da SMAM:** Eu sei. Mas assim: então nós estamos chegando num patamar  
898 que então nós estamos lá com processos dentro da casa que foram analisados, seguem a  
899 legislação ambiental, ocorreram vitorias no local pelos técnicos.

900 **Assistência:** Mas não está aqui.

901 **José Furtado, da SMAM:** Não está aqui, mas estão nos processos, conselheiro. A análise  
902 das Câmaras Técnicas são processos, que são instruídos, que estão com fé pública, que  
903 tem assinaturas, que tem técnicos que vistoriaram, analisaram. Eu não ia falar nada. Mas  
904 eu tenho que intervir porque agora mudou um pouco a figura. Nós temos sim a  
905 competência técnica de licenciamento, aqui estão os processos, tem alguém mostrando ali,  
906 todos. Nós temos a competência técnica para avaliar qualquer processo ambiental, do  
907 licenciamento ambiental do município de Porto Alegre. Nós estamos aqui no nosso  
908 Conselho, que é uma instância consultiva e deliberativa, com certeza. Mas nós temos  
909 competência técnica e de fé pública para fazer. Então pelo fato de não estar aqui na pauta,  
910 estão ali, onde passou por uma Câmara, dessa que nós estamos mudar, que é a  
911 permanente, está certo? Passou por lá. Passou o quê? A análise que foi feita também com  
912 o técnico da SMAM, que compõe a própria Câmara Técnica, e ele pode se fazer presente e  
913 ele pode citar os procedimentos que foram realizados. Então aí fica sob júdice – eu não sou  
914 muito da área jurídica – mas fica sob júdice. Então todos aqueles que estão aqui, então não  
915 podemos mais opinar. Então eu gostaria, passo a palavra ao conselheiro Júlio. Mas eu  
916 tinha que fazer essa colocação. Por favor.

917 **Julio Cezar Corrêa, da ONG Solidariedade:** O meu entendimento é o seguinte. A Câmara  
918 Técnica de ERBs veio e fez o seu relato. Desses 19 processos, houveram duas  
919 controvérsias no Conselho. Uma do colega que disse que o a ERB estava colocada a 500  
920 metros de uma creche e outro do Gilson Tesch que diz que está em cima de uma caixa  
921 d'água. Então aprovamos 17. Tem dois processos que estão, segundo os conselheiros,  
922 irregulares. A Câmara Técnica trouxe o seu relato. Não passou. Então nós vamos ter que  
923 rever, no mínimo, esses processos que foram aqui mencionados. Esse é o meu  
924 entendimento. Posso não estar entendendo nada do que está acontecendo. Segunda  
925 coisa: a questão da Magda aqui. Eu entendo que tu estás tentando aprovar; tu e o  
926 Fontoura estão tentando aprovar essa nova resolução das Câmaras Técnicas para dar um  
927 novo funcionamento das Câmaras Técnicas. Esse Conselho existe desde 96. Nós estamos  
928 a 12 anos trabalhando de uma forma. Agora nós temos que passar de uma forma que nós  
929 trabalhávamos para outra. Enquanto não houver consenso nós vamos ter que debater isso.  
930 Mesmo que isso seja cansativo, mesmo que demore muito tempo. Acredito que nós vamos  
931 aprovar, espero que aprovemos. Mas eu lamento. Enquanto não houver consenso nós  
932 vamos ficar aqui indefinidamente até que todos se sintam suficientemente convencidos de  
933 que essa é a melhor forma. É isso.

934 **Antônio Preto, da SMAM:** Eu queria responder sobre aquela ERB da Carlos Barbosa. Ela  
935 já foi aprovada, já tem licença de operação e essa creche que está do lado foi instalada  
936 depois. Ela é irregular, está tentando se regularizar e não vai ser regularizada. Essa ERB  
937 também não está no processo de relação nova porque ela já foi...

938 **Assistência:** Eu sei que ela não está aí, mas eu fiz questão de fazer esse questionamento  
939 (...) porque ela está junto de uma creche.

940 **Antônio Preto, da SMAM:** Sim. Mas é que a creche se instalou a posterior.

941 **Assistência:** Então a creche tem que ser fechada imediatamente.

942 **Antônio Pretto, da SMAM:** Tem que sair. Ela está tentando se regularizar, não está  
943 conseguindo por causa da estação.

944 **Assistência:** Então eu vou convidar a secretaria para dar uma visita lá, com certeza.

945 **José Furtado, da SMAM:** Tem mais algum inscrito?

946 **Antônio Pretto, da SMAM:** Outra coisa: o Eduino falou sobre que depois ele vai passar  
947 para o Conselho. Só que é ao contrário: primeiro passa pelo diretor, depois é avaliada a  
948 parte ambiental e vem para o COMAM. Então essas aí já têm o parecer do conselho do  
949 plano diretor. Já vieram. Todas já foram avaliadas, os 500 metros, os 50 metros já foram  
950 avaliados.

951 **Assistência:** (...)

952 **Antônio Pretto, da SMAM:** Mas isso sempre foi. O próprio COMAM exigiu que fosse assim  
953 desde o início. O do Gilson nós conversamos, estivemos uma tarde toda naqueles dois  
954 processos, isso foi o que ele falou e foram tiradas todas as dúvidas.

955 **José Furtado, da SMAM:** Na verdade os dois processos que o conselheiro Júlio falou: lá  
956 não tem irregularidades. Não tem não, foram analisados.

957 **Assistência:** (...)

958 **Antônio Pretto, da SMAM:** No caso da caixa d'água existe uma resolução da Secretaria  
959 da Saúde que diz que não pode ter nada em cima da caixa d'água. Mas cada caso, pode  
960 ser colocada, desde que...

961 **José Furtado, da SMAM:** Pretto...

962 **Antônio Pretto, da SMAM:** O que acontece? A preocupação da Secretaria da Saúde é  
963 que na hora de colocar um equipamento que fure a caixa d'água e possa (...) Como esse  
964 equipamento não é perfurado, não tem problema nenhum.

965 **José Furtado, da SMAM:** É possível. Gostaria de passar a palavra ao conselheiro da  
966 OAB. E após o conselheiro da OAB, nós vamos botar em votação.

967 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB:** É uma pena que o anteprojeto de lei ainda não exista,  
968 presidente, porque está previsto aqui na página 82. Só para reforçar: também é uma pena  
969 que não tenha a Câmara Técnica já, que poderiam passar esses processos na Câmara  
970 Técnica e evitava-se toda essa discussão, vamos dizer assim, já teria uma posição quanto  
971 às divergências ideológicas, enfim. Mas teria uma consulta técnica e com isso iria para o  
972 plenário já uma definição mais concreta desses processos. Mas eu acho que ainda fica  
973 sempre essa discussão baseado no princípio da precaução, que é um princípio muito  
974 importante hoje. Essa discussão do princípio da precaução não tem como fugir. Mas  
975 sempre baseado na legislação obviamente. Essa é a legislação que está aí hoje. E tem que  
976 ser seguida. Amanhã poderá mudar obviamente, até porque se verificar que alguns efeitos  
977 são verificados. Mas isso é uma incógnita.

978 **José Furtado, da SMAM:** Em votação. Temos quórum? Temos. Então assim: aqueles que  
979 aprovam todos esses processos enumerados permaneçam como estão.

980 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Para ser coerente com o que eu tenho defendido. Eu tenho  
981 a proposição de que se vote pelo retorno dos processos à SMAM para que siga a sua  
982 tramitação normal, sem que a gente vote o mérito delas, porque nós não analisamos o  
983 mérito delas.

984 **José Furtado, da SMAM:** Esse é o caminho natural. Então colocando em votação  
985 novamente: aqueles que aprovam...

986 **Assistência:** Gostaria que a Câmara Técnica de ERBs trouxesse mais subsídios para o  
987 Conselho. Nós não viemos abrir processo aqui e...

988 **José Furtado, da SMAM:** Gostaria de colocar o seguinte: a Câmara Técnica apresentou  
989 os subsídios, eles analisaram todos os processos e foi feito o relato aqui. Então para que  
990 serve a Câmara Técnica se não fazem o relato? Sim, gente. Para que serve a Câmara  
991 Técnica? A Câmara Técnica se reuniu, analisou por vistas, analisou todos os processos.

992 **Assistência:** Secretário tem conselheiro dizendo que não se acha em condições de votar.

993 **José Furtado, da SMAM:** Tá bom. A gente decide no voto. Vamos ao voto.

994 **Assistência:** Vamos ao voto.

995 **José Furtado, da SMAM:** Vamos de novo.

996 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões da Lagoa do Guaíba:** Eu só quero dizer o seguinte: as  
997 duas ERBs da Polícia Federal em topo de morro em APP é isso que eu quero dizer: isso  
998 deveria ter passado, justamente, pela Câmara Técnica de Áreas Naturais. O COMAM  
999 aprovar a colocação de ERBs numa área de APP. Isso faz parte do nosso Conselho,  
1000 aprovar ou não. Esses dois processos estão sob suspeita. Os da Polícia Federal.

1001 **José Furtado, da SMAM:** Os da Polícia Federal. Agora eu pergunto...

1002 **Gilson Tesch, da ONG Guardiões da Lagoa do Guaíba:** São em topo de morro. Eu acho  
1003 que no mínimo esses a Câmara Técnica devia trazer uma explicação, é numa APP, mas é  
1004 num local que, sei lá, de outra área. Isso a gente deveria ter essa informação. Eu acho que  
1005 aí esclarece.

1006 **Ricardo Ayup Zouain, da UFRGS-** Nós temos dentro da legislação da Constituição com  
1007 relação a alguns órgãos. (...) a Polícia Federal uma série de princípios, aí é assim:  
1008 particularmente, eu sou representante de uma autarquia pública federal e nós sabemos  
1009 quais são algumas condicionantes de excepcionalidade. Quando é de caráter da defesa  
1010 nacional e de alguns órgãos do governo federal. Eu me nego a questionar. É algo que tem  
1011 a ver com alguma característica estratégica da nação, primeiro porque eu me naturalizei  
1012 em 1978. E segundo porque acho que não tem além da competência técnica, competência  
1013 para questionar situações estratégicas da nação. Como cidadão, em determinado  
1014 momento, até em detrimento da qualidade do Pretto. Que fizemos engenharia. Eu me  
1015 formei em 73 em Engenharia Química com a régua de cálculo. Tem gente que nem sabe o  
1016 que é cálculo, muito menos a régua. Eu vou deixar bem claro isso: vamos ser cidadãos do  
1017 município, responsáveis no meio ambiente. E principalmente, responsáveis com as  
1018 atribuições. Aqueles conselheiros e aqueles membros da Secretaria Municipal de Meio  
1019 Ambiente, com competência profissional para tomar decisão. Eu estou vendo como falou o  
1020 Secretário Furtado, que a cada dois minutos se questiona; e até tomei nota: se questiona a  
1021 competência. A SMAM liberou isso; falamos a verdade; a SMAM não sabe nada disso. Por  
1022 favor, eu gostaria como conselheiro representando a maior autarquia pública federal no  
1023 município, de nós votarmos e não questionarmos algumas questões. Que até são de ordem  
1024 estratégica de defesa e seguridade nacional.

1025 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Primeiro lugar eu gostaria de parabenizar o  
1026 sentido cívico do professor Ayup. O sentido dele é totalmente cívico, defendendo o seu  
1027 patrão que é o governo federal. A questão toda é a seguinte, doutor Ayup. A questão da  
1028 União Federal não está isenta de falcatruas. A extensão da pista do aeroporto que  
1029 recentemente passou no plano diretor, nós fomos patrolados lá e eles não respeitaram  
1030 aquela população que mora no entorno do aeroporto. E se cair uma aeronave lá vai matar  
1031 milhares de pessoas. Essa é a responsabilidade da União. Então eu deixo aqui um  
1032 desagravo ao representante da UFRGS. Que ele não pode fazer a sua defesa cívica aqui,  
1033 em cima de questões técnicas e aquilo que nós sabemos que pode ser comprovado, que é  
1034 ilegal e irregular. A União não tem que apitar dentro do município de Porto Alegre. Aqui  
1035 quem manda é o plano diretor e o COMAM e outros órgãos municipais. A União não  
1036 delibera aqui dentro.

1037 **José Furtado, da SMAM:** Passando para a votação. Todos os processos nomeados.  
1038 Posso botar para votação ou alguém vai brigar para votar? Então vamos lá: aqueles que  
1039 são favoráveis que aprovam esses processos permaneçam como estão. Os contrários se  
1040 manifestem. Contagem. Contrários primeiro.

1041 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Sete.

1042 **José Furtado, da SMAM:** Abstenções?

1043 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Oito

1044 **José Furtado, da SMAM:** Aprovado por 12 votos. Voltando à pauta do debate sobre a  
1045 votação da minuta. Por favor, os conselheiros Nelson e Magda para a continuidade do  
1046 debate.

1047 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Vamos lá? A condução seria de se poder iniciar então o  
1048 processo de votação. Então permanece o nosso indicativo.

1049 **Cid Soares, do MJDH:** Eu gostaria de um esclarecimento. Inclusive para eu poder  
1050 resolver, se eu vou ficar aqui para votar. Para poder votar sabendo. O único motivo pelo  
1051 qual eu vejo toda a polêmica que foi dito aqui que as Câmaras de Assessoramento  
1052 Permanente não trabalhavam bem, trabalharam mal. Ora gente, pelo amor de Deus. Há 12  
1053 anos, como disse o conselheiro aqui, existe isso e funciona. Se no momento ela não está  
1054 funcionando, o que nós temos que fazer é tratar da Câmara de Assessoramento e não o  
1055 contrário. Porque na realidade se a Câmara continuar trabalhando mal, os processos que  
1056 forem votados aqui e forem voltar para a Câmara lá, eles vão receber o mesmo tratamento,  
1057 continuará demorando. Eu acho que o remédio está errado. A doença é outra, pelo que eu  
1058 ouvi aqui. A única justificativa que tem é que a Câmaras de Assessoramento tranca o  
1059 processo. E houve justificativas do porquê tranca. Então quer me parecer que antes de  
1060 qualquer coisa o que a gente tem que ver é a melhoria da forma de trabalho da Câmara de  
1061 Assessoramento. Porque se continuar a Câmara de Assessoramento funcionando mal –  
1062 estou partindo do pressuposto que ela funciona mal, eu particularmente não tenho  
1063 documentos para avaliar isso – ela vai voltar a trancar. Porque alguns processos voltarão  
1064 para lá. Isso quanto a esse processo. Outra coisa pessoal, eu vou me dar o direito de dizer  
1065 o que eu vou dizer agora, porque talvez eu seja a pessoa mais velha que tem aqui. Embora  
1066 eu não pareça. Mas eu tenho 73 anos. Eu acho que muito poucos aqui têm essa idade, se  
1067 alguém tem. Eu tenho notado uma coisa: nós estamos deliberando mal. Parece que nós  
1068 estamos deliberando com ódio no coração, gente. Que é isso? Vamos, todos nós aqui, me  
1069 parece, tem o mesmo objetivo. As discussões às vezes tomam um caminho aqui que não é  
1070 discussão, é bate boca. Por favor, vamos melhorar um pouco. Eu noto a ansiedade de  
1071 algumas pessoas, inclusive do nosso Secretário. Quando tem alguma coisa que vai  
1072 prolongar o debate. Mas deixa o debate. A democracia é assim, ela é trabalhosa, ela passa  
1073 por consumir tempo. Então eu gostaria que pensasse assim: se o problema é a Câmara de  
1074 Assessoramento, vamos tratar da Câmara de Assessoramento e não mudar o processo.

1075 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Secretário, podemos passar para a votação?

1076 **José Furtado, da SMAM:** O conselheiro Eduino pediu a palavra. Só que é a última.

1077 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eu pedi a palavra pessoal para tentar  
1078 colaborar numa situação. É claro que até no meu email está escrito embaixo assim: para  
1079 quem serve o teu conhecimento? Acho que o conhecimento não pertence a nós, tem que  
1080 botar na roda. No plano diretor de Porto Alegre houve essa mesma polêmica, só que com  
1081 um interesse um pouquinho mais acirrado. Porque a especulação imobiliária queria acabar  
1082 com as vistas dos processos. A gente sabe muito bem o que houve. Mas se chegou num  
1083 acordo – eu não sou favorável, mas foi o melhor que conseguimos lá – está no regimento  
1084 que quando se pede vistas a um processo, as outras regiões – são 27 conselheiros – todos  
1085 os conselheiros podem disponibilizar essa vista conjunta; junto com a pessoa que pediu  
1086 vista. Caso o conselheiro que pediu vista não é o relator, ele pode chegar lá e pedir  
1087 prorrogação, com alegação justa, que não houve tempo, não conseguiu reunir a região.  
1088 Pede uma prorrogação. Daí o Conselho avalia se prorroga. Normalmente é prorrogado, é  
1089 deliberado direto, que é prorrogado o tempo. Porque estava assim, uma coisa que também  
1090 eu não concordava: todo mundo pedia vistas ao processo. E aí virava uma coisa. Não  
1091 andava. Então nós temos que ter um meio termo. E esse meio termo não é fazer esse  
1092 engessamento que está proposto aqui, que tenha que ser votado aqui no Conselho para  
1093 poder na Câmara Técnica. Não é um conselheiro. É uma Câmara Técnica. O conselheiro  
1094 aqui, é mais velho do que eu mesmo. Ele tem toda razão. Nós não podemos engessar essa  
1095 situação aqui, temos que resolver a situação da doença. Se a Câmara não está  
1096 funcionando, vamos eleger outra Câmara ou vamos cutucar o pessoal que está nas  
1097 Câmaras. Mas não fazer um processo de engessamento. O próprio Conselho do plano  
1098 diretor que tem muito mais interesses econômicos que esse aqui; achou uma solução. Por  
1099 que esse aqui não vai achar uma solução também? Então eu não vejo assim a questão de  
1100 ser radical, bater o martelo e engessar. Não há necessidade disso.

1101 **José Furtado, da SMAM:** Com a palavra a conselheira Magda e o conselheiro Néelson.

1102 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Podemos proceder ao seguimento e a votação?

1103 **José Furtado, da SMAM:** E como em tendo aquela situação; vamos repetir para que todos  
1104 tenham noção dos dois momentos de votação.

1105 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** A primeira votação que faremos é uma votação entre  
1106 necessidade de maioria simples para que um processo entre numa Câmara de  
1107 Assessoramento ou segunda opção: necessidade de uma quantidade de votos menor que  
1108 a maioria simples. É essa a votação que vai ser feita nesse momento.

1109 **José Furtado, da SMAM:** Então ficaram todos esclarecidos dos dois tipos. É isso? Estão  
1110 todos esclarecidos? Os dois tipos? A primeira opção é da necessidade de maioria simples.  
1111 É o que nós vamos votar agora. Quem aprova necessidade de maioria simples. OK?  
1112 Aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. Os contrários se manifestem.  
1113 Vamos de novo: quem é favorável que é necessário 1/3 levante a mão. A favor levante a  
1114 mão. Desculpe. Fui eu que me confundi agora. Maioria simples ou não. Quem é favorável a  
1115 maioria simples Levante a mão.

1116 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Oito.

1117 **José Furtado, da SMAM:** Os contrários?

1118 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Oito.

1119 **José Furtado, da SMAM:** Abstenções? Aprovado maioria simples. Vamos à segunda  
1120 opção. Não, tudo bem. É maioria simples. É isso aí. Então tá. Maioria simples. Próximo.  
1121 Vocês briguem para fora, por favor. Conselheiro Nélson e conselheira Magda, por favor.

1122 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Os processos submetidos à avaliação da Câmara de  
1123 Assessoramento Permanente deverão retornar ao plenário do COMAM no prazo máximo  
1124 de 60 dias, mesmo que sua avaliação não tenha sido concluída, salvo prazo estabelecido  
1125 em legislação hierarquicamente superior.

1126 **José Furtado, da SMAM:** Maioria simples.

1127 (...)

1128 **José Furtado, da SMAM:** Eu perguntei se estava todo mundo sabendo que era maioria  
1129 simples. Quando eu botei 1/3 eu voltei atrás, expliquei. O pessoal chamou a atenção que  
1130 era maioria simples.

1131 (...)

1132 **José Furtado, da SMAM:** Conselheiro Nélson, por favor.

1133 (...)

1134 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Conselheiro Eduino, por favor. Eu fiz o encaminhamento,  
1135 eu gostaria que o senhor prestasse muita atenção.

1136 (...)

1137 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Conselheiro Eduino, por favor. O que foi votado? Se os  
1138 conselheiros preferiam maioria simples ou maioria menor a esta. Menor do que esta. E  
1139 depois se votaria qual seria a menor: seria 1/3, seria cinco ou seria quatro. Mas como  
1140 ganhou a maioria simples, não há necessidade de votar outra.

1141 (...)

1142 **José Furtado, da SMAM:** Por favor, conselheiro, use o microfone. No grito não adianta. O  
1143 que vamos fazer? Vamos sentar. Sentem, por favor. E vamos resolver isso aqui.

1144 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Pessoal, só para a gente tentar, talvez dar uma aliviada  
1145 nos ânimos. Talvez não tenha ficado bem entendida essa questão inicial, enfim, como está  
1146 sendo tão polêmica, talvez a forma como, não ficou entendido. Eu confesso que eu fiquei  
1147 raciocinando como é realmente que a gente estava votando.

1148 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Sugiro que a gente encaminhe de novo a votação.

1149 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Quem sabe a gente refaz a votação, gente? Minha  
1150 proposta é essa.

1151 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Eu posso ser bastante claro? Não quero que fique dúvida,  
1152 que todos se sintam à vontade. O que é maioria simples? Maioria simples é metade dos  
1153 presentes mais um. Maioria simples é metade dos presentes no momento da reunião, mais  
1154 um. Isso é maioria simples. Então o que vai se votar agora é que para um processo a ser  
1155 encaminhado a uma Câmara de Assessoramento existe a necessidade de votação para o  
1156 plenário, que tem que ser aprovado por metade dos presentes mais um. Essa é a proposta

1157 01. Proposta 02, contrária: será um número menor do que a maioria simples. Se a gente  
1158 aprovar pela maioria simples termina a votação aqui. Não há nova votação. Maioria simples  
1159 ganhou. Se nós votarmos por um número menor que a maioria simples, então se entra  
1160 numa nova etapa de votação e se decide qual é esse número menor: se é 1/3, se são cinco  
1161 conselheiros ou quatro conselheiros. Está claro para todos?

1162 (...)

1163 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Ou 1/3, o Ingá fez a proposta de 1/3. Essa proposta de  
1164 dividir, na verdade fortalece a posição de vocês. Eu vou votar, vou abrir meu voto: eu vou  
1165 votar pela maioria. O Ingá de repente vai votar por 1/3, o outro vai votar por quatro, o outro  
1166 vai votar por cinco. Vocês vão favorecer a metade mais um.

1167 **Assistência:** Não sei se é isso, mas a de 1/3 eu acho que foi retirada.

1168 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Não. Não foi.

1169 **Assistência:** É que esse tipo de votação é sacana, (...)?

1170 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Não, não é uma votação; desculpe, eu estou trabalhando...

1171 **Assistência:** Só um pouquinho, eu lhe escutei. Faz algumas horas que eu estou lhe  
1172 escutando, queria pelo menos falar alguma coisa que me veio no momento agora. Esse  
1173 tipo de votação é sacana. Claro que é sacana. Por que isso? Porque tem muita proposta.  
1174 Acho que a intenção é boa, é racionalizar a votação, e tem muita. Eu sugiro que se diminua  
1175 o número de propostas. Eu sugiro aos dois conselheiros que se chegue num consenso e  
1176 deixe só uma. Aí teremos três. De três a gente vota: quem é a favor de tal levanta o dedo.  
1177 A maioria de três ganha. Simples. O espírito da coisa é o mesmo.

1178 (...)

1179 **Assistência:** Conselheiro, só um pouquinho. Se não chega a um consenso. É o seguinte,  
1180 eu gostaria que o senhor abrisse mão e ficasse quatro; essa é a minha sugestão. Aí cabe a  
1181 ele agora (...) que abra mão da proposta. A proposta dele é melhor? Muito obrigado.

1182 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Na verdade existem duas propostas. Porque uma  
1183 proposta é pela maioria simples e a outra proposta em que há divergência, deveriam ter  
1184 apresentado duas; que seria 1/3 ou pelo menos quatro ou pelo menos cinco. Na verdade  
1185 existem duas propostas: uma que é da maioria simples, que a decisão seria postergada  
1186 para depois, qual seria na segunda proposta, de número ficaria a segunda proposta. Que é  
1187 a que diverge da maioria simples. Quando se colocou na votação, eu acho que foi esse o  
1188 entendimento da comissão. Como passou, foi aprovada maioria simples, não haveria  
1189 porque deliberar sobre quais dessas propostas ficariam.

1190 **Assistência:** Foi feita uma armadilha.

1191 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Não, não, isso não foi uma armadilha. Foi uma questão  
1192 que existe; porque desde o início, só um minuto. Porque desde o início havia duas  
1193 propostas. Nessa reunião surgiram mais duas propostas. Existiam duas propostas  
1194 antagônicas: uma que era maioria simples e a outra que era deliberação de 1/3 do plenário.

1195 **Assistência:** Conselheira, por que eles não inverteram? Eu propus, eu propus a inversão.  
1196 (...)

1197 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Vou proceder então novamente (...). Qual seria a  
1198 proposição então das organizações então?

1199 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** A proposta de cinco sai é isso?

1200 **Gilson Tesch, do Guardiões do Lago Guaíba:** A proposta de quatro membros do  
1201 conselho para pedir. Essa é a nossa proposta. As ONGs têm a minoria de quatro  
1202 representantes, seria um mínimo de nós concorrermos de junto com a plenária. A de cinco  
1203 sai.

1204 (...)

1205 **Gilson Tesch, do Guardiões do Lago Guaíba:** Cinco, não faz diferença nenhuma para  
1206 nós.

1207 **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Eu quero saber se o Eduino retira.

1208 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eles propuseram que eu retirasse, estou  
1209 retirando.



1210 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** E as outras duas? O Ingá permanece. E as outras duas,  
1211 qual o número que fica?

1212 **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eu, pelo pedido da maioria das ONGs aqui, eu  
1213 estou retirando a minha proposta de maioria simples de 1/3. E que fique então a proposta  
1214 que foi proposta pela maioria aqui de quatro. Quatro votos no mínimo para pedir vistas num  
1215 processo.

1216 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** A do Ingá?

1217 **Felipe Vargas, representando o Ingá:** O Ingá se pronuncia pela proposta de quatro  
1218 conselheiros titulares, ou seja, pode tirar a proposta de 1/3 do plenário que está em  
1219 vermelho.

1220 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Não há mais nenhuma manifestação? Podemos proceder  
1221 a votação então?

1222 **José Furtado, da SMAM:** Essas duas então. Vamos lá.

1223 **Assistência:** Eu já externei a minha contrariedade, porque eu não vejo muita lógica nesse  
1224 raciocínio aí. Mas tudo bem. Eu vou ser voto vencido. Até porque eu acho que na prática  
1225 vai funcionar com quatro conselheiros. Eu só quero saber então: essa Câmara  
1226 Permanente, que se diz Permanente, ela só vai funcionar, ela só vai existir a partir do  
1227 referendo do Conselho? Os processos não serão automaticamente disponibilizados,  
1228 digamos, para a as Câmaras Técnicas?

1229 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Conselheiro, o senhor não se lembra de toda a proposta  
1230 da resolução.

1231 **Assistência:** Por favor, me lembre.

1232 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Ela existe em outros; os assuntos foram agrupados em  
1233 diferentes Câmaras e são Câmaras Permanentes, porque todo e qualquer processo será  
1234 dirigido para a Câmara de Meio Ambiente, para a Câmara de ERBs, para a Câmara de (...)

1235 **Assistência:** Todo e qualquer processo será dirigido, perfeito.

1236 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** O que nós temos ainda, depois dessa circunstância aqui,  
1237 é votar as outras tramitações da prefeitura. Porque hoje – é o que eu estou tentando dizer –  
1238 pode ser que de uma forma; hoje não chega tudo o que o Conselho deveria apreciar. Nós  
1239 estamos tentando normatizar a meses essa tramitação.

1240 **Assistência:** Ótimo; então tá.

1241 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Podemos seguir?

1242 **Assistência:** Se é isso tudo bem.

1243 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Podemos proceder? Todo e qualquer processo somente  
1244 será submetido à avaliação da Câmara de Assessoramento Permanente por deliberação  
1245 do plenário do COMAM em maioria simples; que é a proposta da nossa comissão. Quem  
1246 concorda? Senhor Presidente.

1247 **José Furtado, da SMAM:** Podemos fazer assim: quem vota tal, quantos votos teve. OK?  
1248 Aí fica certinho. Então aquela lá. Vamos lá Magda, leia a proposta 01.

1249 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Proposta de aprovação e deliberação do plenário em  
1250 maioria simples.

1251 **José Furtado, da SMAM:** Agora a proposta 02.

1252 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Todo e qualquer processo em tramitação no COMAM  
1253 somente será submetido à avaliação da Câmara de Assessoramento Permanente por  
1254 deliberação de pelo menos quatro conselheiros titulares ou suplentes.

1255 **José Furtado, da SMAM:** Agora assim, vamos lá: quem é que aprova ou vota na  
1256 proposição 01, a primeira. OK?

1257 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Oito.

1258 **José Furtado, da SMAM:** Isso é na proposta 01 que está ali. E a proposta 02 que já foi  
1259 nomeada. Quem é que vota na proposta 02?

1260 **Simone Della Bona, Sec. COMAM:** Oito.

1261 **José Furtado, da SMAM:** Eu sou Minerva. Eu voto na proposta 01. Buenas, ficou certo?

1262 **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Eu só gostaria que nós entendêssemos o teor disso.  
1263 Gilson. Eu só queria que nós entendêssemos o teor todo da resolução.

1264 (...) **José Furtado, da SMAM:** Vamos à recontagem.

1265 (...) **José Furtado, da SMAM:** Nós vamos fazer nominal. Passa o microfone.

1266 (...) **Magda Satt Arioli, do CRBIO3:** Crbio3 favorável a primeira proposta: maioria simples.

1267 (...) **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Nelson Fontoura, PUC Porto Alegre, proposta 01, maioria simples.

1268 (...) **Lívia Zimmermann, da UPV:** Lívia Zimmermann, UPV, proposta 02.

1269 (...) **Grace de La Rocha, do OP:** Eu sou Grace de La Rocha, sou da governança local e sou pela 01.

1270 (...) **José Paulo Fitarelli, do IBAMA- RS:** IBAMA, proposta 02.

1271 (...) **Eduino de Mattos, da ONG Solidariedade:** Eduino de Mattos, ONG Solidariedade, proposta 02.

1272 (...) **Cid Soares, do MDJH:** Cid, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 02.

1273 (...) **Gilson Tesch, do Guardiões do Lago Guaíba:** Gilson Tesch, pela proposta 02, mínimo de quatro pessoas para votar.

1274 (...) **Felipe Vargas, representando o Ingá:** Felipe Vargas, Ingá, proposta 02.

1275 (...) **Arceu Bandeira Rodrigues, do DMLU:** Arceu Bandeira Rodrigues, DMLU, proposta 01, maioria simples.

1276 (...) **Pery da Silva Bennet, do CREA/RS:** Pery Bennett, CREA, proposta 02.

1277 (...) **Fabiana Fetter, do GP:** Fabiana, GP, proposta 01, maioria simples.

1278 (...) **Ricardo Ayup Zoian, da UFRGS:** Sr. Ricardo Ayup, UFRGS, proposta 01.

1279 (...) **Patrícia da Silva Tschoepke, da SPM:** Patrícia Tschoepke, SPM, proposta 01.

1280 (...) **Maria da Graça Ortolan, do DMAE:** Maria da Graça, como DMAE, eu fico na proposta 01.

1281 (...) **Jupiter Palagi de Souza, da OAB/RS:** OAB, Júpiter, proposta 02.

1282 (...) **José Furtado, da SMAM:** Atenção: oito a oito. A presidência vota na proposta 01.

1283 (...) **José Furtado, da SMAM:** Gente, por favor, senhores conselheiros. Foi feita uma situação onde houve conversas um pouco cruzadas. Revimos este conceito. Revimos. Fizemos nova votação, houve ainda uma discussão. Aí fizemos uma nominal, empatou e o voto de Minerva desempatou. Fica aprovada então da forma que está, democraticamente, democraticamente. Conselheiro Gilson, tudo bem? Considerações aparte. Mas esta votação ela foi agora limpa e democrática. Ok? Vamos continuar a sequência do debate para os outros itens. Por favor, após.

1284 (...) **Nélson Fontoura, da PUCRS:** Por favor, presidente. Eu não sei se tem clima para continuar realmente.

1285 (...) **José Furtado, da SMAM:** A próxima reunião fica marcada para 21 de outubro e eu então estou encerrando a presente reunião. Obrigado a todos e a todas.

Convenção utilizada:

(...) – reticências entre parênteses – significam ou sobreposição de falas, ou fala inaudível ou incompreensível. As reticências normais constituem-se em mero recurso de pontuação.